UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

SUZETE DINIS JOSÉ

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO EM ANGOLA: TRAJETÓRIA E DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE DE UMA PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

SÃO FRANCISCO DO CONDE
2024

SUZETE DINIS JOSÉ

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO EM ANGOLA: TRAJETÓRIA E DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE DE UMA PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Cristina Teodoro.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2024

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

J71e

José, Suzete Dinis.
Educação especial na perspectiva da inclusão em Angola : trajetória e desafios da prática docente de uma professora de Educação Infantil / Suzete Dinis José. - 2024.
70 f. : il.

Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2024.
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Cristina Teodoro.

1. Educação especial. 2. Educação infantil. 3. Educação inclusiva - Angola. 4. Professores de educação infantil - Formação. I. Título.

BA/UF/BSCM CDD 371.909673

Ficha catalográfica elaborada por Bruno Batista dos Anjos CRB: BA-001693/O

SUZETE DINIS JOSÉ

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO EM ANGOLA: TRAJETÓRIA E DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE DE UMA PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovado em: 26/11/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Cristina Teodoro (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof.ª Dr.ª Ana Rita de Cássia Santos Barbosa
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Fernando Jorge Pina Tavares
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo a Deus, fonte de toda força e propósito, por me conceder a dádiva da vida e o privilégio de alcançar mais esta etapa. Em cada momento de cansaço e incerteza, quando as forças pareciam se esgotar, Ele renovou meu espírito, concedendo-me a coragem e a determinação para persistir, dia após dia, até a realização deste trabalho.

Agradeço ao Sol, que com sua luz ilumina os meus dias, e à Lua e às estrelas, que brilham nas noites escuras, lembrando-me de que, mesmo nos momentos mais desafiadores, há sempre a promessa de um novo amanhecer e de novas oportunidades.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) merece meu profundo reconhecimento, não apenas por seu papel fundamental na minha formação, mas também pelo protagonismo e resistência na promoção de uma educação inclusiva e transformadora. A existência dessa instituição e o seu compromisso com a integração e diversidade, tornam possíveis sonhos como o meu, e sou eternamente grata por essa oportunidade.

À minha orientadora, professora doutora Cristina Teodoro, expresso minha sincera gratidão por sua paciência, sabedoria e apoio ao longo desses dezoito meses de orientação. Sua dedicação e incentivo foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho, e cada aprendizado que me proporcionou, deixará marcas para além desta pesquisa.

Ao meu esposo, Cândido José Gunza, mestre e doutorando em Políticas Públicas, meu eterno agradecimento. Sua parceria, compreensão e força, foram fundamentais para que eu pudesse me dedicar a esta jornada. Seu apoio incansável, e seu exemplo como acadêmico e como pessoa, iluminam o meu caminho e inspiram minha caminhada.

Aos meus pais, Alberto Malembe Tiago e Juliana Dinis Campos, meu profundo reconhecimento e amor. Vocês foram e continuam sendo meu suporte incondicional, fonte de valores e inspiração para todos os meus passos. Agradeço a meus irmãos e irmãs, que estiveram ao meu lado com apoio constante, afeto e incentivo, mesmo a distância.

À professora participante deste trabalho, minha mais sincera gratidão. Sua generosidade em compartilhar seu tempo e experiência, foi essencial para que esta pesquisa pudesse avançar e trazer contribuições para a área. Sem sua colaboração, este estudo não seria possível.

Às minhas filhas, Milca Tiago Gunza e Josefina Tiago Gunza, minha gratidão e amor eternos. Vocês são parte da minha história e de cada conquista, e me motivam a seguir em frente com ainda mais determinação. O carinho e apoio, foram um combustível constante.

Agradeço ainda aos meus sogros, José Jungo Gunza e Josefina de Fátima Quimuanga Pedro, não só pela formação exemplar que deram ao meu esposo, mas também por serem sempre presentes em nossas vidas, torcendo por nossas realizações e nos apoiando em todas as etapas.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão ao Programa de Assistência ao Estudante (PAES) da UNILAB. A UNILAB foi essencial em todo o meu processo formativo, e o PAES, em especial, desempenhou um papel fundamental na minha permanência na universidade. Sem o suporte financeiro viabilizado pelo programa, minha trajetória acadêmica não teria sido possível. Sou eternamente grato, pois desde a minha entrada até a conclusão dos estudos, não houve um mês sequer sem o auxílio estudantil.

Agradeço também ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que foi determinante para meu contato direto e frequente com o campo da docência, ampliando minha experiência prática e fortalecendo minha formação pedagógica.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento dos programas mencionados e pela dedicação ao aprimoramento da qualidade do ensino superior no Brasil, que tem contribuído significativamente para o fortalecimento da formação de profissionais qualificados.

Por fim, a todos que, de forma direta ou indireta, colaboraram com esta trajetória – amigos, colegas, professores, familiares e demais pessoas queridas – expresso meu profundo e sincero agradecimento. Cada palavra de incentivo, gesto de carinho, apoio emocional e suporte físico e psicológico, foram fundamentais para que eu pudesse concluir mais esta etapa. Sou grata a todos vocês.

RESUMO

Este trabalho buscou compreender como professores de Educação Infantil, frente à escassez de políticas e estratégias direcionadas para a formação inicial em Educação especial na perspectiva da inclusão em Angola, desenvolvem práticas docentes em contextos de Educação Infantil. Em relação aos objetivos específicos, visou: 1) Compreender o processo formativo para atuação com crianças com necessidades especiais, analisando tanto a formação inicial quanto as iniciativas de formação continuada; 2) Identificar as práticas pedagógicas desenvolvidas quando há presença de crianças com necessidades especiais, destacando as adaptações e inovações implementadas pelos docentes; 3) Conhecer as interações entre crianças e entre crianças e adultos nesses contextos, avaliando a efetividade das estratégias de inclusão social e educacional. O referencial teórico fundamentou-se em três pilares: 1) a compreensão da deficiência como fenômeno social complexo; 2) as teorias sobre educação inclusiva e práticas pedagógicas adaptativas; e 3) as políticas públicas e legislação relacionadas à educação especial na perspectiva da inclusão no contexto angolano. A revisão da literatura concentrou-se em autores que abordam a educação especial na perspectiva da inclusão no contexto africano e, especificamente, em Angola, considerando a limitada produção acadêmica sobre o tema no país. Metodologicamente, adotou-se uma abordagem qualitativa e, como procedimento para a geração de dados, um estudo de caso, por meio de entrevistas com uma professora de educação especial na perspectiva da inclusão em instituição Infantil. Os resultados evidenciaram que a professora, mesmo com formação limitada em educação especial na perspectiva da inclusão, desenvolve estratégias criativas para atender às necessidades das crianças; existe uma significativa disparidade entre as políticas públicas existentes e sua implementação prática; e há necessidade urgente de investimentos em formação continuada e infraestrutura adequada. As redes de apoio entre professores e o envolvimento familiar mostraram-se fundamentais para o processo educacional. Quanto às interações sociais, notou-se, a partir da narrativa da professora, que as crianças desenvolvem relações positivas independentemente, embora existam desafios específicos que demandam atenção e intervenção pedagógica adequada. A pesquisa aponta para a necessidade de uma reformulação sistêmica na abordagem da educação especial na perspectiva da inclusão em Angola, com ênfase na capacitação docente e no desenvolvimento de recursos pedagógicos específicos.

Palavra-chave: educação especial; educação infantil; educação inclusiva - Angola; professores de educação infantil - formação.

ABSTRACT

This work sought to understand how Early Childhood Education teachers, given the lack of policies and strategies aimed at initial training in Special Education in Angola, develop teaching practices in Early Childhood Education contexts. In relation to specific objectives, it aims to: 1) Understand the training process for working with children with special needs, analyzing both initial training and continuing training initiatives; 2) identify the pedagogical practices developed when children with special needs are present, highlighting adaptations and innovations by teachers; 3) Understand the interactions between children and between children and adults in these contexts, evaluating the effectiveness of social and educational inclusion strategies. The research was conducted in early childhood education institutions in Angola, focusing on analyzing teaching practices and their implications for special education. The theoretical framework was based on three pillars: 1) understanding disability as a complex social phenomenon; 2) theories about inclusive education and adaptive pedagogical practices; and 3) public policies and legislation related to special education in the Angolan context. The literature review focused on authors who address special education in the African context and, specifically, in Angola, considering the limited academic production on the subject in the country. Methodologically, a qualitative approach was adopted, with data collection through interviews with a teacher. The results showed that teachers, even with limited training in special education, develop creative strategies to meet students' needs; there is a significant disparity between existing public policies and their practical implementation; and there is an urgent need for investments in continuing education and adequate infrastructure. Support networks between teachers and family involvement proved fundamental to the educational process. Regarding social interactions, it was noted that children develop positive relationships regardless of special needs, although there are specific challenges that require appropriate pedagogical attention and intervention. The research points to the need for a systemic reformulation in the approach to special education in Angola, with emphasis on teacher training and the development of specific pedagogical resources.

Keywords: special education; early childhood education; inclusive education - Angola; early childhood education teachers - training.

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	11
2	**FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**	15
2.1	AFINAL, O QUE É DEFICIÊNCIA?	15
2.2	A DEFICIÊNCIA E SEUS DIFERENTES TIPOS	17
3	**EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO: CONCEITOS, ASPECTOS HISTÓRICOS E JURÍDICOS**	21
3.1	CONCEITOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO	21
3.2	ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO	23
3.3	EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO COMO DIREITO	25
4	**POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO EM ANGOLA**	28
4.1	DEFINIÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS	29
4.2	PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO EM ANGOLA	32
4.3	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO EM ANGOLA	36
5	**EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM ANGOLA: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS E AS PESQUISAS?**	38
5.1	EXISTÊNCIA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL ESPECIAL EM ANGOLA	40
6	**CAMINHOS METODOLÓGICOS**	43
6.1	INFORMAÇÕES SOBRE A GERAÇÃO DE DADOS	45
6.2	REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA: REMOTA	45
7	**RESULTADOS E ANÁLISE**	46
7.1	PERFIL	46
7.2	TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO	47
7.3	LOCAIS DE ATUAÇÃO: ESCOLAS PRIVADAS E PÚBLICAS	47
7.4	EXPERIÊNCIA E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO	47
7.5	ESTRATÉGIAS PARA ENFRETAMENTO AO DÉFICIT DA FORMAÇÃO	50
7.6	POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO EM ANGOLA	54

7.7 O PAPEL DA FAMÍLIA NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS 58

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 60

REFERÊNCIAS 62

APÊNDICES 66

1 INTRODUÇÃO

Angola é uma nação situada na região ocidental da África Austral, apresenta-se como um país de extrema relevância no contexto africano, não apenas por sua localização estratégica, mas também por seu potencial socioeconômico e desafios educacionais. Conforme dados do Banco Mundial (2022), o país estabelece fronteiras com a República Democrática do Congo ao norte, Zâmbia ao leste, Namíbia ao sul, sendo banhada pelo Oceano Atlântico a oeste, ocupando uma extensão territorial de 1.246.700 km². Segundo o Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE, 2023), a população atual é estimada em 33,6 milhões de habitantes, representando um significativo contingente populacional que demanda atenção às políticas públicas, especialmente no âmbito educacional.

De acordo com José Vieira Dias (2023), Angola é constituída por 18 províncias, distribuídas geograficamente da seguinte forma: na região norte encontram-se Cabinda, Zaire, Uíge, Bengo, Luanda e Cuanza Norte; na região centro localizam-se Malanje, Lunda Norte, Lunda Sul, Cuanza Sul, Huambo, Bié e Moxico; e na região sul situam-se Benguela, Huíla, Namibe, Cuando Cubango e Cunene. Cada província possui características únicas que contribuem para a diversidade cultural e geográfica do país.

Ainda, segundo o autor, estas províncias apresentam uma rica diversidade em termos de recursos naturais e potencialidades econômicas. As províncias do norte são conhecidas pela produção de petróleo e diamantes, enquanto as do centro destacam-se pela agricultura e pecuária. Já as províncias do sul caracterizam-se pela forte presença da indústria pesqueira e pelo potencial turístico de suas paisagens naturais, demonstrando assim a multiplicidade de recursos que contribuem para o desenvolvimento econômico de Angola.

No que tange às suas riquezas naturais, Silva (2021) evidencia que Angola destaca-se pela abundância de recursos naturais, incluindo petróleo, diamantes, minério de ferro e cobre. O setor petrolífero, em particular, exerce papel fundamental na economia do país, representando aproximadamente 50% do PIB e 90% das exportações. Esta robustez econômica, entretanto, contrasta com os desafios enfrentados no setor educacional, especialmente no âmbito da educação especial na perspectiva da inclusão.

A trajetória da educação no país, como aponta Santos (2020), passou por transformações significativas desde a independência em 1975. A reforma educacional de 2001, estabeleceu novos paradigmas para o ensino, visando democratizar o acesso à educação e aprimorar sua qualidade. No entanto, quando se trata especificamente da educação especial na perspectiva da inclusão, Carvalho (2023) ressalta que os desafios estruturais persistem, refletindo tanto o

processo histórico de desenvolvimento do país quanto as limitações de infraestruturas e formativas dos profissionais da área.

Neste cenário complexo, a educação especial na perspectiva da inclusão emerge como um campo que demanda investigação aprofundada, particularmente, quando se consideram os desafios enfrentados pelos docentes em sua prática diária na educação infantil. Esta realidade evidencia a urgente necessidade de compreender e abordar os obstáculos vivenciados pelos professores no contexto da educação especial na perspectiva da inclusão no país bem como analisar e desenvolver estratégias efetivas para superá-los. Os desafios identificados na prática docente na educação infantil especial relacionam-se diretamente com a necessidade de políticas públicas mais efetivas e investimentos consistentes em formação continuada, elementos essenciais para o desenvolvimento de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo.

Historicamente, relatos sobre crianças com necessidades especiais em Angola têm circulado através de diferentes meios de comunicação, desde a imprensa nacional até as redes sociais, evidenciando as dificuldades enfrentadas para se manterem no sistema de ensino. Estas narrativas revelam não apenas os desafios estruturais e pedagógicos, mas também as barreiras socioculturais que ainda persistem na sociedade angolana. Neste cenário, os professores emergem como agentes fundamentais no processo de inclusão educacional através de suas práticas pedagógicas inovadoras e seu compromisso com a transformação social.

A pesquisa buscou analisar como os professores de Educação Infantil desenvolvem suas práticas docentes em um contexto marcado pela escassez de políticas e estratégias direcionadas para a formação inicial em Educação especial na perspectiva da inclusão. Este trabalho se relevante ao considerarmos que a integração das crianças com necessidades especiais no ambiente escolar regular ainda enfrenta diversos obstáculos estruturais e formativos, desde a inadequação dos espaços físicos até a carência de recursos pedagógicos especializados e profissionais devidamente capacitados.

É importante ressaltar que o sistema educacional angolano tem demonstrado avanços significativos em termos de legislação e políticas públicas voltadas para a educação inclusiva. No entanto, a efetivação dessas políticas na prática cotidiana das escolas ainda representa um desafio considerável, especialmente quando se trata da educação infantil, período crucial para o desenvolvimento integral das crianças. Como professores de Educação Infantil, frente à escassez de políticas e estratégias direcionadas para a formação inicial para a Educação especial na perspectiva da inclusão em Angola, desenvolvem práticas docentes em contextos de Educação Infantil?

O estudo objetivou analisar como os professores de Educação Infantil, frente à escassez de políticas e estratégias direcionadas para a formação inicial em Educação especial na perspectiva da inclusão em Angola, desenvolvem práticas docentes em contextos de Educação Infantil. Esta análise buscou não apenas identificar os desafios enfrentados, mas, também, compreender as estratégias inovadoras e adaptações pedagógicas desenvolvidas pelos docentes para promover uma educação verdadeiramente inclusiva. Em relação aos objetivos específicos, buscou:

- ✓ Compreender o processo formativo para atuação com crianças com necessidades especiais, analisando tanto a formação inicial quanto as iniciativas de formação continuada;
- ✓ Identificar as práticas pedagógicas desenvolvidas quando há presença de crianças com necessidades especiais, destacando as adaptações e inovações implementadas pelos docentes;
- ✓ Conhecer as interações entre crianças e entre crianças e adultos nesses contextos, avaliando a efetividade das estratégias de inclusão social e educacional.

A pesquisa fundamenta-se em uma compreensão da deficiência que transcende a mera condição biológica, entendendo-a como um fenômeno complexo enraizado nas estruturas sociais e culturais. Esta perspectiva ampla permite uma análise mais completa dos desafios e possibilidades no campo da educação especial na perspectiva da inclusão infantil em Angola, considerando não apenas os aspectos pedagógicos, mas também as dimensões sociais, culturais e políticas que influenciam o processo educacional.

A relevância deste estudo se estende além do contexto acadêmico, pois seus resultados podem contribuir significativamente para o aprimoramento das políticas públicas e práticas pedagógicas, voltadas para a educação especial na perspectiva da inclusão infantil em Angola. Ao dar voz aos professores e analisar suas experiências e estratégias, esta pesquisa poderá fornecer subsídios para a construção de um sistema educacional mais inclusivo e equitativo, capaz de atender efetivamente às necessidades de todas as crianças, independentemente de suas características ou condições específicas.

Os principais achados desta pesquisa revelam um cenário complexo e desafiador. Foi identificado que os professores, apesar da limitada formação específica em educação especial na perspectiva da inclusão, desenvolvem estratégias criativas e adaptativas para atender às necessidades das crianças. A investigação também evidenciou uma significativa disparidade entre as políticas públicas existentes e sua implementação prática nas escolas, bem como, a necessidade urgente de investimentos em formação continuada e infraestrutura adequada.

Destacou-se ainda o papel fundamental das redes de apoio entre professores e a importância do envolvimento familiar no processo educacional das crianças com necessidades especiais. Estes resultados apontam para a necessidade de uma reformulação sistêmica na abordagem da educação especial na perspectiva da inclusão em Angola, com ênfase na capacitação docente e no desenvolvimento de recursos pedagógicos específicos.

A estrutura deste trabalho está organizada em três seções principais. A **fundamentação teórica** aborda os conceitos de deficiência e inclusão, com ênfase no panorama angolano e nas lacunas existentes. A **metodologia** detalha o percurso adotado para a realização da pesquisa, incluindo a descrição do contexto, da participante e dos instrumentos de coleta e análise de dados. Por fim, na **resultados e análise dos dados**, são discutidos os resultados obtidos, destacando as estratégias, os desafios e as possibilidades que emergem das práticas docentes no cotidiano escolar, seguidos pelas **considerações finais**, que apresentam as principais contribuições do estudo e as perspectivas futuras para o campo da educação especial na perspectiva da inclusão em Angola.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 AFINAL, O QUE É DEFICIÊNCIA?

Inicialmente, gostaria de destacar que é fundamental compreender que o conceito de deficiência transcende significativamente a mera condição biológica. Na verdade, a deficiência emerge como um fenômeno complexo e multifacetado, profundamente enraizado nas estruturas sociais e culturais que moldam nossa sociedade. A deficiência não é simplesmente uma característica inerente ao indivíduo, mas sim uma interação dinâmica entre as condições de saúde de uma pessoa e os fatores contextuais, tanto ambientais quanto pessoais, que compõem o tecido de sua existência social. Assim, a deficiência enquanto construção social: é uma ação que se manifesta na interação entre as características individuais e as barreiras impostas pela sociedade, que podem impedir a plena e efetiva participação das pessoas com deficiência em igualdade de condições com as demais. Nesse sentido, a deficiência não é um atributo da pessoa, mas o resultado de um ambiente incapaz de acomodar as diferenças humanas (Diniz, 2007; Santos; 2008).

Desse modo, a compreensão da deficiência como uma construção social nos leva a questionar e repensar as estruturas e sistemas que permeiam nossa sociedade. Ao reconhecermos que as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência são, em grande parte, criadas e perpetuadas por uma sociedade que não considera a diversidade humana em sua plenitude, somos desafiados a buscar soluções que promovam a inclusão e a acessibilidade em todos os aspectos da vida social. Essa perspectiva nos convida a examinar criticamente as políticas públicas, as práticas institucionais e as atitudes individuais que, muitas vezes inadvertidamente, contribuem para a marginalização e exclusão das pessoas com deficiência.

Além disso, entende-se que a abordagem da deficiência como construção social abre caminho para uma compreensão mais ampla e interseccional das experiências vividas pelas pessoas com deficiência. Reconhecer que a deficiência interage com outras categorias sociais como raça, gênero, classe e orientação sexual, pode permitir desenvolver estratégias mais eficazes e abrangentes para promover a igualdade e a justiça social. Esta visão, não apenas beneficia as pessoas com deficiência, mas também enriquece toda a sociedade, promovendo um ambiente mais diverso, inclusivo e adaptável às necessidades de todos os seus membros.

Por outro lado, a deficiência enquanto uma construção cultural, é um conceito moldado por diferentes significados criado dentro de um grupo, na qual vai além de uma realidade biológica absoluta, mas um símbolo interpretado através das lentes específicas de cada cultura.

Representando assim, uma manifestação tangível dos valores, medos e ansiedades coletivos, desafiando as noções pré-estabelecidas de normalidade e ordem deste mesmo grupo, atuando como um catalisador para a reflexão sobre os padrões que regem nossas comunidades. (Geertz, 1973; Douglas, 1966)

Assim sendo, ao compreender a deficiência como uma construção cultural, somos confrontados com a necessidade de examinar criticamente as estruturas de poder, os sistemas de crenças e as práticas institucionais que moldam nossa percepção e tratamento das diferenças humanas. Este entendimento nos permite questionar os limites arbitrários entre o "normal" e o "anormal", reconhecendo que tais fronteiras são frequentemente traçadas por convenções, às vezes, estranha a própria moralidade humana.

Ademais, esta abordagem cultural da deficiência nos convida a explorar as narrativas e representações que moldam a experiência vivida das pessoas com deficiência. Ela nos desafia a considerar como as histórias que contamos, as imagens que criamos e os espaços que projetamos podem perpetuar ou desafiar estereótipos e preconceitos. Acredita-se que, ao reconhecer a deficiência como uma construção cultural, abrimos caminho para uma compreensão mais profunda da diversidade humana, que possa promover uma sociedade que valoriza e celebra as diferenças, em vez de marginalizá-las.

Por fim, a deficiência enquanto uma condição biológica. Vale ressaltar para o estudo ora desenvolvido, é nela em que recai principalmente a nossa atenção. A deficiência, enquanto uma condição biológica, pode ser entendida como: A perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. (Sassaki, 2003)

De forma similar, a Organização Mundial da Saúde (OMS) define deficiência como: Uma perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Inclui-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais como auditivas e outras. (OMS, 2011). Dentro dessa perspectiva, a deficiência pode se manifestar de diversas formas no corpo humano, afetando sistemas e funções específicas. Por exemplo, uma lesão medular pode resultar em paralisia parcial ou total, impactando diretamente a mobilidade e a sensibilidade do indivíduo. Da mesma forma, condições como a distrofia muscular progressivamente enfraquecem os músculos, Tal como visual ou auditiva, altera a capacidade do indivíduo de enxergar ou ouvir quer seja parcial ou na totalidade. Desse modo,

entende-se que essas deficiências podem alterar significativamente a capacidade física da pessoa ao longo do tempo.

Além disso, é importante considerar que a deficiência biológica pode ser congênita ou adquirida. Condições congênitas, como a espinha bífida, estão presentes desde o nascimento e podem afetar o desenvolvimento neurológico e motor da criança. Por outro lado, deficiências adquiridas, como aquelas resultantes de acidentes ou doenças degenerativas, podem ocorrer em qualquer fase da vida, exigindo adaptações físicas e psicológicas do indivíduo para lidar com as novas limitações impostas ao corpo. Diante disso, é importante ressaltar que nenhum indivíduo tem poder de escolha ou decisão sobre a sua condição física, simplesmente é algo que vai além do nosso controle tal como nossa vontade ou desejo.

Portanto, dentro do que é a nossa abordagem, a deficiência, no contexto da educação especial na perspectiva da inclusão, deve ser compreendida como uma característica individual que demanda respostas educacionais específicas e não como uma limitação absoluta. Nessa perspectiva, a deficiência não é um impedimento à aprendizagem, mas sim um desafio que requer adaptações pedagógicas e curriculares. O foco da educação especial na perspectiva da inclusão, portanto, não está na normalização do aluno, mas na criação de ambientes educacionais flexíveis e responsivos que possam atender às necessidades de todos os estudantes, promovendo o desenvolvimento máximo de suas potencialidades e garantindo sua plena participação no processo educativo (Glat; Pletsch, 2010).

2.2 A DEFICIÊNCIA E SEUS DIFERENTES TIPOS

As deficiências podem ser classificadas em diferentes categorias, cada uma com suas particularidades e demandas específicas no contexto educacional:

Deficiência Física: Caracteriza-se pela alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física (Brasil, 2004). Exemplos incluem paraplegia, tetraplegia e amputação. A deficiência física pode manifestar-se de diversas formas, variando em intensidade e impacto na vida do indivíduo. Algumas pessoas podem apresentar limitações motoras leves, enquanto outras, podem necessitar de assistência constante para realizar atividades cotidianas. Segundo Melo e Martins (2007), a deficiência física não é uma condição homogênea, mas um grupo de condições que podem afetar a mobilidade, coordenação motora e fala do indivíduo em diferentes graus.

Nesse sentido, é interessante que no âmbito escolar haja inclusão de alunos com deficiência física. Isso, demanda adaptações arquitetônicas e pedagógicas. Podendo envolver

na instalação escolar rampas, elevadores e mobiliário adequado, bem como o uso de tecnologias assistivas que facilitem o acesso ao currículo. A formação continuada dos educadores também é crucial para garantir práticas pedagógicas inclusivas e eficazes. Conforme destacam Rocha e Miranda (2009), a acessibilidade arquitetônica e atitudinal são fundamentais para garantir a participação plena dos alunos com deficiência física no ambiente escolar.

Por conseguinte, tem-se a deficiência Intelectual: Definida por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, manifestando-se antes dos 18 anos (AAIDD, 2010). Impacta habilidades conceituais, sociais e práticas. A deficiência intelectual não é uma condição estática, mas um estado de funcionamento que pode melhorar com suportes adequados. O desenvolvimento de habilidades adaptativas é um processo contínuo que pode ser potencializado por intervenções educacionais apropriadas. Veltrone e Mendes (2011), firmam que o conceito de deficiência intelectual evoluiu de uma perspectiva individual e médica para uma visão socioecológica, que considera a interação entre as limitações funcionais do indivíduo e as barreiras existentes em seu ambiente.

No contexto escolar, a educação de alunos com deficiência intelectual requer estratégias de ensino diferenciadas e um currículo adaptado. O uso de materiais concretos, a repetição de conceitos de forma variada e o ensino de habilidades funcionais são algumas das abordagens que podem promover o desenvolvimento cognitivo e social desses estudantes. Pletsch e Glat (2012) ressaltam que a flexibilização curricular e as adaptações nas estratégias de ensino são essenciais para garantir a aprendizagem significativa dos alunos com deficiência intelectual.

Nessa ordem, segue a Deficiência Visual: Abrange desde a baixa visão até a cegueira total. Segundo Sá, Campos e Silva (2007), a deficiência visual impõe a necessidade de recursos específicos para o processo de ensino-aprendizagem, como o sistema Braille e tecnologias assistivas. A deficiência visual pode afetar diferentes aspectos da percepção, incluindo acuidade, campo visual, sensibilidade ao contraste e percepção de cores. Cada tipo de comprometimento visual requer adaptações específicas no ambiente educacional. Domingues *et al*. (2010) argumentam que a compreensão das especificidades da deficiência visual é fundamental para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas adequadas, que valorizem as potencialidades sensoriais remanescentes do aluno.

Na educação de alunos com deficiência visual, além do sistema Braille e das tecnologias assistidas, outros recursos como autodescrição, mapas táteis e modelos tridimensionais, são fundamentais. O desenvolvimento da orientação e mobilidade também é um aspecto crucial, promovendo a autonomia e a participação plena desses alunos no ambiente escolar e na sociedade. Conforme destacam Alves e Duarte (2005), o ensino de orientação e mobilidade é

essencial para a independência e qualidade de vida das pessoas com deficiência visual, permitindo sua participação ativa em diversos contextos sociais.

A par disso, tem-se a deficiência Auditiva: Caracteriza-se pela perda bilateral, parcial ou total da audição. Quadros (2006) ressalta a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de comunicação e instrução para alunos surdos. A deficiência auditiva pode variar em grau e tipo, influenciando diretamente as estratégias de comunicação e aprendizagem. Além da Libras, outras formas de comunicação como a leitura labial e o uso de aparelhos auditivos podem ser empregadas, dependendo das necessidades individuais do aluno. Skliar (2013) enfatiza que a surdez não é apenas uma experiência auditiva, mas uma construção cultural que envolve identidade, língua e formas próprias de perceber o mundo.

No ambiente educacional, a presença de intérpretes de Libras, o uso de legendas em materiais audiovisuais e a adaptação de atividades para explorar recursos visuais são estratégias essenciais. A educação bilíngue, que valoriza tanto a Libras quanto a língua portuguesa escrita, tem se mostrado uma abordagem eficaz para o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos surdos. Lacerda (2006), argumenta que a educação bilíngue para surdos proporciona não apenas o acesso ao conhecimento, mas também o desenvolvimento de uma identidade cultural e linguística própria.

A par dessas deficiências, vale trazer o transtorno do espectro autista (TEA) e Altas Habilidades/Superdotação. Não se pode considerar como uma deficiência como as já referidas, mas que, dentro da educação especial na perspectiva da inclusão, entende-se que não pode ficar de fora.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA)**,** embora não seja classificado como uma deficiência *per se*, o TEA é frequentemente abordado no contexto da educação especial na perspectiva da inclusão. Caracteriza-se por dificuldades na comunicação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento (APA, 2013). O TEA se manifesta em um espectro, com uma ampla variedade de características e níveis de funcionamento. Alguns indivíduos podem apresentar habilidades excepcionais em áreas específicas, enquanto outros, podem necessitar de suporte intensivo. Schmidt et al. (2016), ressaltam que a heterogeneidade do TEA exige uma abordagem educacional flexível e individualizada, capaz de atender às necessidades específicas de cada aluno.

Na educação de alunos com TEA, estratégias como o uso de rotinas visuais, ambientes estruturados e comunicação alternativa podem ser altamente benéficas. O desenvolvimento de habilidades sociais e de autorregulação emocional também são aspectos importantes do processo educativo. Cunha (2012), afirma que o uso de estratégias visuais e a estruturação do

ambiente de aprendizagem são fundamentais para promover a compreensão e a participação ativa dos alunos com TEA nas atividades escolares.

Já, a Altas Habilidades/Superdotação**:** Refere-se a indivíduos que demonstram potencial elevado em áreas isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes (Brasil, 2008). As altas habilidades/superdotação podem se manifestar de diversas formas, não se limitando apenas ao desempenho acadêmico excepcional. Alguns indivíduos podem apresentar habilidades criativas notáveis, enquanto outros podem demonstrar liderança extraordinária ou talento artístico excepcional. Renzulli (2014) propõe que a superdotação é uma interação entre três grupos básicos de traços humanos: capacidades gerais acima da média, altos níveis de comprometimento com a tarefa e altos níveis de criatividade.

No contexto educacional, alunos com altas habilidades/superdotação requerem estratégias de enriquecimento curricular e oportunidades de aceleração acadêmica quando apropriado. O desenvolvimento de projetos independentes, a participação em programas de mentoria e o acesso a recursos avançados são algumas das abordagens que podem atender às necessidades educacionais desses estudantes. Virgolim (2007) destaca que o atendimento educacional aos alunos com altas habilidades/superdotação devem visar não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o emocional e social, promovendo uma formação integral e equilibrada.

3 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO: CONCEITOS, ASPECTOS HISTÓRICOS E JURÍDICOS

3.1 CONCEITOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

A educação especial na perspectiva da inclusão é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (Brasil, 2008). Mas, vale mencionar que o nosso enfoque está direcionado à Educação Infantil.

Esta definição, enfatiza a natureza transversal da educação especial na perspectiva da inclusão. Ela não se limita a um nível específico de ensino, mas atravessa todo o sistema educacional, desde a educação infantil até as modalidades posteriores. O foco está no fornecimento de suporte especializado, recursos e serviços que possibilitam a inclusão efetiva de alunos com necessidades educacionais especiais nas salas de aula regulares.

Partindo desta compreensão da educação especial na perspectiva da inclusão, é fundamental explorar como essa modalidade se traduz na prática da inclusão escolar. No entanto, a inclusão escolar implica a introdução de outra lógica: a da inclusão não pressupõe o uso de práticas de ensino específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. (Mantoan, 2003)

A autora citada destaca que a inclusão escolar vai além da mera integração física de alunos com necessidades especiais em salas de aula regulares. Trata-se de uma mudança fundamental na abordagem educacional, onde o foco está na qualidade do ensino para todos os alunos, respeitando suas individualidades e potencialidades. Esta perspectiva desafia os educadores a desenvolverem práticas pedagógicas flexíveis e adaptáveis, capazes de atender à diversidade de aprendizagem presente em cada sala de aula. Ampliando essa visão, é importante considerar como a inclusão escolar se manifesta em um contexto mais amplo do sistema educacional. A inclusão escolar implica a inserção de todos, sem distinção de condições linguísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, étnicas, socioeconômicas ou outras e requer sistemas educacionais planejados e organizados que deem conta da diversidade dos alunos e ofereçam respostas adequadas às suas características e necessidades. (Carvalho, 2014)

O conceito de inclusão escolar apresentado por Carvalho destaca a importância de um sistema educacional que seja capaz de acolher e atender às necessidades de todos os alunos, independentemente de suas características individuais. Esta abordagem requer uma mudança paradigmática na educação, onde a diversidade é vista como um valor e não como um obstáculo. A inclusão efetiva demanda adaptações curriculares, formação continuada de professores e um ambiente escolar acessível e acolhedor.

Para concretizar essa visão inclusiva, é essencial compreender o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como um suporte fundamental nesse processo. O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. (Brasil, 2008)

O AEE representa um pilar fundamental da educação especial na perspectiva da inclusão na perspectiva inclusiva. Ele opera como um suporte complementar ou suplementar à educação regular, não a substituindo. Seu objetivo é proporcionar os meios necessários para que os alunos com necessidades educacionais especiais possam superar barreiras e participar plenamente do processo educativo. Isso envolve a criação e adaptação de recursos pedagógicos, o desenvolvimento de estratégias de acessibilidade e a promoção de habilidades específicas que facilitem a aprendizagem e a autonomia do aluno.

Ao considerar o AEE, é crucial entender quem são os alunos que se beneficiam desse atendimento, o que nos leva ao conceito de Necessidades Educacionais Especiais. O conceito de necessidades educacionais especiais reforça a importância de que o foco da educação especial na perspectiva da inclusão não seja a deficiência do aluno, mas sim as respostas educacionais que ele requer. Essas necessidades podem ser identificadas em diversas situações representativas de dificuldades de aprendizagem, como decorrência de condições individuais, econômicas ou socioculturais dos alunos. (Glat; Blanco, 2007)

Esta perspectiva apresentada por Glat e Blanco amplia o entendimento das necessidades educacionais especiais para além das deficiências tradicionalmente atendidas pela educação especial na perspectiva da inclusão. Ela reconhece que as dificuldades de aprendizagem podem surgir de diversos fatores, incluindo condições socioeconômicas e culturais. Esta abordagem mais abrangente exige que as escolas desenvolvam estratégias flexíveis e adaptáveis para atender às necessidades individuais de cada aluno, promovendo assim uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa.

Para atender a essa diversidade de necessidades educacionais, surgem abordagens inovadoras como o Desenho Universal para a Aprendizagem. (DUA), é um conjunto de princípios para o desenvolvimento de currículos que oferecem a todos os indivíduos oportunidades iguais para aprender. (Cast, 2018). O DUA propõe a criação de estratégias para tornar o currículo acessível a todos os estudantes, independentemente de suas características. Este conceito enfatiza a flexibilidade no modo como a informação é apresentada, na forma como os estudantes respondem ou demonstram conhecimentos e habilidades, e na maneira como eles são envolvidos na aprendizagem.

Complementando o DUA, a Tecnologia Assistiva surge como um recurso essencial para promover a acessibilidade e a participação de todos os alunos. A Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (Brasil, 2009)

A Tecnologia Assistiva desempenha um papel crucial na educação especial na perspectiva da inclusão, proporcionando meios para que alunos com deficiências possam superar barreiras e participar plenamente das atividades escolares. Isso inclui desde adaptações simples até softwares e equipamentos mais complexos, todos visando promover a autonomia e a inclusão.

3.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

A trajetória da educação especial na perspectiva da inclusão é marcada por transformações significativas ao longo dos anos, refletindo as mudanças nas percepções sociais sobre deficiência e inclusão. Sendo assim, dentro do limite daquilo que é o conteúdo que pude encontrar, buscarei explorar essa evolução cronológica, destacando os marcos importantes e as mudanças de paradigma.

Até meados do século XVII, as pessoas com deficiência eram frequentemente marginalizadas e excluídas da sociedade. Nesse contexto, Jean-Paul Bonet publica o primeiro livro sobre a educação de surdos em 1620, marcando o início de uma mudança gradual na percepção sobre as capacidades das pessoas com deficiência. Mazzotta (2011) destaca a importância desse período. O início das ações voltadas para o atendimento às pessoas com

deficiências pode ser situado no final do século XVI e início do século XVII (Mazzotta, 2011). Nessa direção, um marco importante ocorre em 1784, quando o Instituto Nacional de Jovens Cegos é fundado em Paris por Valentin Haüy. Esta instituição é considerada a primeira escola para cegos do mundo, representando um avanço significativo no reconhecimento da educabilidade das pessoas com deficiência visual. Jannuzzi (2004) comenta sobre esse período: O final do século XVIII e início do XIX caracterizaram-se pela criação de instituições especializadas para o atendimento de pessoas com deficiências sensoriais (Jannuzzi, 2004).

A educação especial na perspectiva da inclusão, no âmbito internacional, tem sido objeto de crescente atenção jurídica nas últimas décadas. Este foco reflete uma mudança paradigmática na forma como a sociedade e os sistemas legais encaram os direitos das pessoas com deficiência. Nesse sentido, é fundamental compreender como os aspectos jurídicos se entrelaçam com as práticas educacionais inclusivas em um contexto global.

Um marco significativo nessa jornada foi a Declaração de Salamanca, adotada pela UNESCO em 1994. Este documento estabeleceu princípios fundamentais para a educação inclusiva, afirmando que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo educação para todos (UNESCO, 1994). A partir desse momento, observou-se uma mudança gradual nas legislações nacionais e internacionais, buscando alinhar-se com esses princípios.

Contudo, é importante ressaltar que a implementação efetiva desses princípios enfrenta desafios significativos. Nesse contexto, Ainscow (2005) argumenta que a inclusão é um processo contínuo de melhoria da escola, visando utilizar todos os recursos disponíveis, especialmente os recursos humanos, para promover a participação e a aprendizagem de todos os alunos. Essa perspectiva evidencia a necessidade de uma abordagem holística, que vai além da mera adaptação física das escolas. A educação inclusiva representa o paradigma educacional do século XXI, exigindo uma reformulação completa não apenas das práticas pedagógicas, mas também dos sistemas legais e institucionais que as sustentam (Mittler, 2003).

Ademais, de acordo ONU (2006), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), adotada pela ONU em 2006, trouxe um novo impulso para a legislação internacional sobre educação especial na perspectiva da inclusão. O Artigo 24 da CDPD especificamente aborda o direito à educação, enfatizando a necessidade de sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis. Este documento legal vinculante obriga os Estados signatários a implementarem medidas concretas para garantir a inclusão efetiva.

No entanto, é crucial reconhecer que a mera existência de legislação não garante sua implementação eficaz. Como observa Booth (2011), a inclusão envolve mudanças. Trata-se de um processo interminável de aumento da aprendizagem e da participação de todos os estudantes. Essa perspectiva ressalta a importância de uma abordagem dinâmica e adaptativa na implementação das leis e políticas de educação especial na perspectiva da inclusão.

Em suma, os aspectos jurídicos da educação especial na perspectiva da inclusão na legislação internacional refletem um compromisso crescente com a inclusão e a igualdade de oportunidades. No entanto, percebe-se que o verdadeiro desafio reside na tradução desses princípios legais em práticas educacionais efetivas. Para tanto, é essencial um esforço contínuo e colaborativo entre legisladores, educadores, famílias e a sociedade em geral, visando construir um sistema educacional verdadeiramente inclusivo e equitativo.

3.3 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO COMO DIREITO

A educação especial na perspectiva da inclusão, como um direito fundamental, tem sido objeto de intenso debate e evolução ao longo das últimas décadas. Neste contexto, as contribuições teóricas de Lev Vygotsky emergem como um alicerce crucial para compreender e implementar práticas educacionais inclusivas e eficazes. Vygotsky, reconhecido como um dos principais teóricos do desenvolvimento humano e da aprendizagem, oferece elementos valiosos que ressignificam a concepção da educação especial na perspectiva da inclusão, transformando-a de um modelo segregacionista para uma abordagem verdadeiramente inclusiva.

Em sua obra Fundamentos de Defectologia, Vygotsky (1997) argumenta que as deficiências não devem ser vistas como limitações intransponíveis, mas como oportunidades para o desenvolvimento de caminhos alternativos de aprendizagem e crescimento. Esta perspectiva revolucionária desafia a noção tradicional de deficiência como um déficit imutável, propondo que: A criança cujo desenvolvimento está complicado pelo defeito não é simplesmente uma criança menos desenvolvida que seus contemporâneos normais, mas uma criança que se desenvolveu de outro modo (Vygotsky, 1997).

Percebe-se que esta visão estabelece as bases para uma educação especial na perspectiva da inclusão que não apenas reconhece as diferenças individuais, mas as celebra como parte integral do processo educativo. Ao fazê-lo, Vygotsky não apenas antecipa as modernas concepções de inclusão, mas também fornece um arcabouço teórico robusto para sua implementação prática. A teoria sociocultural de Vygotsky enfatiza o papel crucial das interações sociais no desenvolvimento cognitivo. Este princípio é particularmente relevante no

contexto da educação especial na perspectiva da inclusão, onde o isolamento social tem sido historicamente um obstáculo significativo. Vygotsky argumenta que é através das interações com pares e adultos mais experientes que as crianças internalizam conhecimentos e habilidades culturalmente relevantes. Esta perspectiva ressalta a importância de ambientes educacionais inclusivos, onde estudantes com diferentes habilidades podem aprender uns com os outros, enriquecendo assim o processo educativo para todos.

Um conceito central na teoria de Vygotsky, particularmente relevante para a educação especial na perspectiva da inclusão, é a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). Vygotsky define a ZDP como: A distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes" (Vygotsky, 1991, p. 97). Este conceito é fundamental para a prática da educação especial na perspectiva da inclusão, pois enfatiza a importância de intervenções educacionais que se situem precisamente na fronteira entre o que o aluno pode fazer sozinho e o que pode realizar com assistência. Ao focar nesta zona, educadores podem maximizar o potencial de aprendizagem de cada estudante, independentemente de suas necessidades especiais.

Com isso, vê-se que: A aplicação das ideias de Vygotsky na educação especial na perspectiva da inclusão não se limita apenas à teoria, mas tem implicações práticas significativas. Por exemplo, o uso de instrumentos de mediação, outro conceito-chave vygotskiano, pode ser adaptado para atender às necessidades específicas de alunos com diferentes tipos de deficiências. Estes instrumentos, que podem incluir tecnologias assistivas, sistemas de comunicação alternativa, ou simplesmente estratégias pedagógicas adaptadas, atuam como pontes entre o aluno e o conhecimento, facilitando o processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Além disso, a ênfase de Vygotsky na importância do contexto social e cultural no desenvolvimento humano ressalta a necessidade de uma abordagem holística na educação especial na perspectiva da inclusão. Isto implica não apenas em adaptar o ambiente escolar, mas também em trabalhar para transformar as atitudes sociais em relação à deficiência. Como argumenta Carvalho (2000): A inclusão é um processo que reitera princípios democráticos de participação social plena. Neste sentido, a inclusão não se resume à simples inserção de pessoas deficientes no mundo do qual têm sido geralmente privados. Inclusão é um processo que envolve mudanças de paradigma educacional (Carvalho, 2000).

Esta visão alinha-se perfeitamente com a perspectiva vygotskiana, que vê o desenvolvimento humano como um processo profundamente enraizado nas interações sociais e culturais. Outrossim, a convergência entre as ideias de Vygotsky e os princípios modernos da educação inclusiva é notável. Autores contemporâneos como Maria Teresa Eglér Mantoan têm construído sobre estas fundações, argumentando pela necessidade de uma reestruturação radical do sistema educacional para acomodar a diversidade humana em todas as suas formas. Mantoan (2003) enfatiza que: A inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno" (Mantoan, 2003). Esta perspectiva ecoa a visão transformadora de Vygotsky, que via na educação não apenas um meio de transmissão de conhecimentos, mas um poderoso instrumento de transformação social e desenvolvimento humano.

Em conclusão, a perspectiva vygotskiana oferece um fundamento teórico robusto para conceber a educação especial na perspectiva da inclusão como um direito inalienável. Ao enfatizar o potencial de desenvolvimento de cada indivíduo, a importância das interações sociais, e o papel crucial do contexto cultural, Vygotsky fornece um quadro conceitual que continua a inspirar práticas educacionais inclusivas e equitativas. A realização plena deste direito requer não apenas mudanças nas práticas pedagógicas, mas uma transformação mais ampla nas atitudes sociais e nas estruturas institucionais. Somente assim poderemos construir um sistema educacional verdadeiramente inclusivo, capaz de celebrar a diversidade humana e promover o desenvolvimento integral de todos os indivíduos, independentemente de suas características ou necessidades específicas.

4 POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO EM ANGOLA

Tendo em conta que a nossa pesquisa está centrada para Angola, vale trazer um recorte histórico daquilo que é um contexto da Educação especial na perspectiva da inclusão angolana. Especificamente para Angola, a trajetória da educação especial na perspectiva da inclusão é marcada por desafios e progressos significativos, refletindo a complexa história do país. Inicialmente, durante o período colonial, a educação especial na perspectiva da inclusão era praticamente inexistente, com poucos recursos e atenção voltados para as necessidades educacionais especiais dos angolanos.

Com a independência de Angola em 1975, o país enfrentou um longo período de guerra civil que durou até 2002. Durante esse tempo turbulento, o desenvolvimento da educação especial na perspectiva da inclusão foi severamente prejudicado, uma vez que os recursos eram escassos e as prioridades estavam voltadas para a segurança nacional e a reconstrução básica. Não obstante os obstáculos, foi durante esse período que se iniciaram as primeiras tentativas organizadas de implementar a educação especial na perspectiva da inclusão no país. Em 1979, o governo angolano criou o Instituto Nacional para Educação especial na perspectiva da inclusão (INEE), marcando um ponto de virada na abordagem do país à educação inclusiva.

A criação do Instituto Nacional para Educação especial na perspectiva da inclusão em 1979 representou um marco fundamental na história da educação especial na perspectiva da inclusão angolana, sinalizando o compromisso do governo em atender às necessidades educacionais de todos os cidadãos (Silva, 2018). Após o fim da guerra civil em 2002, Angola experimentou um período de relativa estabilidade e crescimento econômico. Este cenário propiciou maiores investimentos na área educacional, incluindo a educação especial na perspectiva da inclusão. Consequentemente, observou-se uma expansão gradual dos serviços de educação especial na perspectiva da inclusão, com a criação de mais escolas especializadas e a implementação de programas de formação para professores.

Apesar desses avanços, a educação especial na perspectiva da inclusão em Angola ainda enfrenta desafios significativos. A falta de infraestrutura adequada, a escassez de profissionais qualificados e a persistência de estigmas sociais em relação às pessoas com deficiência continuam sendo obstáculos a serem superados.

Nos últimos anos, o governo angolano tem demonstrado um compromisso crescente com a educação inclusiva. Em 2016, foi aprovada a Lei sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que inclui disposições específicas sobre o direito à educação inclusiva. Esta

legislação representa um passo importante na direção de um sistema educacional mais equitativo e acessível.

A Lei sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2016 marca um novo capítulo na história da educação especial na perspectiva da inclusão em Angola, estabelecendo um quadro legal para a promoção da inclusão e igualdade de oportunidades (Santos, 2020).

Em suma, a história da educação especial na perspectiva da inclusão em Angola é caracterizada por uma evolução gradual, marcada por desafios significativos. Desde as primeiras iniciativas pós-independência até os esforços atuais para implementar uma educação verdadeiramente inclusiva, Angola tem percorrido um caminho na qual precisa dar nova perspectiva para Educação especial na perspectiva da inclusão.

Nessa perspectiva, entende-se que o futuro da educação especial na perspectiva da inclusão no país dependerá da continuidade de esforços, investimento em infraestrutura e formação de professores, e da promoção de uma cultura de inclusão e respeito à diversidade. À medida que Angola avança nessa jornada, a esperança é que cada vez mais crianças e jovens com necessidades especiais tenham acesso a uma educação de qualidade, contribuindo para uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

Ademais, a Política Nacional de Educação especial na perspectiva da inclusão na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Carvalho, 2010).

Em suma, a história da educação especial na perspectiva da inclusão reflete uma evolução gradual de paradigmas, partindo da exclusão e segregação, passando pela integração, até chegar ao ideal da inclusão plena. Essa trajetória cronológica nos mostra que ainda há um longo caminho a percorrer para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa para todos.

4.1 DEFINIÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

A educação especial na perspectiva da inclusão em Angola tem sido um tema de crescente importância nas últimas décadas, refletindo uma mudança global na compreensão e abordagem das necessidades educacionais de indivíduos com deficiências. Neste contexto, diversos autores como Silva e Carvalho (2020) argumentam que a evolução da educação especial na perspectiva da inclusão em Angola está intrinsecamente ligada às mudanças sociopolíticas do país, refletindo um movimento gradual em direção a uma educação mais

inclusiva. Por outro lado, Mendes *et al.* (2019) destacam a importância das políticas públicas na promoção de uma educação especial na perspectiva da inclusão efetiva, enfatizando a necessidade de maior investimento em formação de professores especializados e infraestrutura adequada. Além disso, Santos (2021) aponta para a relevância das parcerias internacionais no desenvolvimento de programas de educação especial na perspectiva da inclusão em Angola, ressaltando como essas colaborações têm contribuído para a adoção de práticas pedagógicas inovadoras e culturalmente sensíveis.

É importante ressaltar que embora Angola tenha feito progressos significativos neste campo, ainda enfrenta desafios consideráveis na implementação efetiva de políticas e práticas de educação especial na perspectiva da inclusão. Neste contexto, diversos autores têm se debruçado sobre essa temática, analisando os avanços e obstáculos enfrentados pelo país. Segundo Costa e Oliveira (2022), apesar das políticas inclusivas implementadas nos últimos anos, Angola ainda luta com a escassez de recursos e infraestrutura adequada para atender às necessidades dos alunos com deficiência. Complementando essa visão, Ferreira *et al.* (2021) apontam que a formação insuficiente de professores especializados continua sendo um dos principais gargalos para a efetivação de uma educação especial na perspectiva da inclusão de qualidade no país. Por outro lado, Simões (2023) destaca que, embora os desafios sejam significativos, iniciativas locais e parcerias com organizações não-governamentais têm contribuído para preencher algumas lacunas, especialmente em áreas rurais e comunidades mais isoladas. Ademais, Santos e Pereira (2020) argumentam que a conscientização social sobre a importância da educação inclusiva tem crescido, mas ainda é necessário um trabalho contínuo para superar estigmas e preconceitos arraigados na sociedade angolana.

Tendo feito essa consideração, é importante destacar o que tem sido uma concepção da educação especial na perspectiva da inclusão em Angola. De acordo Angola (2016), no seu artigo 83, traz a educação especial na perspectiva da inclusão como uma modalidade de ensino transversal a todos os níveis e tipos de ensino, destinada a assegurar o atendimento educacional especializado aos educandos com necessidades educativas especiais. Nessa direção autores angolano como Zau amplia essa discussão ao abordar a importância da formação de professores para a educação especial na perspectiva da inclusão. Ele argumenta que a implementação efetiva da educação especial na perspectiva da inclusão requer não apenas políticas, mas também profissionais capacitados para atender às diversas necessidades dos alunos (Zau, 2018). Neto, por sua vez, enfatiza a necessidade de uma abordagem inclusiva que vá além da sala de aula. Ela destaca a importância de envolver a comunidade e as famílias no processo educativo dos alunos com necessidades especiais, promovendo, assim, uma integração mais ampla na

sociedade angolana (Neto, 2019). Nesse quesito, Carvalho contribui para o debate ao analisar os desafios infraestruturais enfrentados pela educação especial na perspectiva da inclusão em Angola. Ele argumenta que, para além da legislação e da formação de professores, é crucial investir em estruturas físicas adequadas e em recursos pedagógicos específicos para atender às diversas necessidades dos alunos (Carvalho, 2020).

Diante disso, estes autores, em diálogo profundo e reflexivo com a legislação angolana, enfatizam veementemente que a educação especial na perspectiva da inclusão deve ser compreendida não apenas como uma mera modalidade de ensino, mas sim como um compromisso social abrangente e multifacetado. Esta visão, reconhece a complexidade inerente ao processo educativo inclusivo, destacando a necessidade de uma abordagem integrada que considere as diversas dimensões envolvidas na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa. Tal perspectiva implica em uma transformação paradigmática na forma como concebemos e implementamos políticas educacionais, voltada a educação especial na perspectiva da inclusão. Exigindo um esforço coletivo e coordenado de toda a sociedade para garantir o pleno desenvolvimento e participação de todos os estudantes, independentemente de suas características ou necessidades específicas.

Neste contexto, os autores sublinham a importância crucial de diversos aspectos interconectados que compõem o alicerce de uma educação especial na perspectiva da inclusão efetiva e transformadora. Entre estes, destaca-se primordialmente a formação contínua e especializada de professores, capacitando-os para lidar com a diversidade em sala de aula e implementar estratégias pedagógicas inclusivas. Ademais, enfatiza-se a necessidade premente de adaptação do ambiente escolar, tanto em termos de acessibilidade física quanto em relação a recursos didáticos e tecnológicos que favoreçam a aprendizagem de todos os alunos. Igualmente fundamental, é o envolvimento ativo e consciente da comunidade no processo educativo, criando uma rede de apoio que extrapola os muros da escola e promove uma cultura de inclusão e respeito à diversidade. Este engajamento comunitário não apenas enriquece o processo educativo, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e verdadeiramente inclusiva, alinhada com os princípios fundamentais da legislação angolana e com os ideais de igualdade e dignidade humana.

4.2 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO EM ANGOLA

Os princípios que orientam a educação especial na perspectiva da inclusão em Angola são fundamentais para entender como o país aborda as necessidades educacionais de alunos com deficiência. Estes princípios refletem tanto as aspirações nacionais quanto os compromissos internacionais assumidos pelo país. Alguns dos principais princípios incluem:

Princípio da Igualdade de Oportunidades: criado pela Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino de Angola, estabelece a universalidade do direito à educação, garantindo a todos os cidadãos angolanos o acesso à educação, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou mentais (Angola, 2016). Além disso, a Constituição da República de Angola reforça este princípio ao afirmar que o Estado promove a igualdade de direitos e oportunidades entre os angolanos, sem discriminação baseada em deficiência ou condição física (Angola, 2010).

Este princípio fundamental afirma que todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais, devem ter acesso igual à educação de qualidade. Este princípio dialoga diretamente com as ideias de diversos autores e pesquisadores do campo da educação especial na perspectiva da inclusão. De acordo com Silva e Carvalho (2021), a igualdade de oportunidades na educação especial na perspectiva da inclusão angolana tem sido um pilar essencial na formulação de políticas públicas, embora sua implementação ainda enfrente desafios significativos.

Complementando essa visão, Mendes *et al.* (2022) argumentam que o princípio da igualdade de oportunidades em Angola tem evoluído para abranger não apenas o acesso, mas também a qualidade e a permanência dos alunos com necessidades especiais no sistema educacional. Por outro lado, Santos (2020) destaca que, apesar do compromisso formal com a igualdade de oportunidades, persistem disparidades regionais e socioeconômicas que afetam a efetivação desse princípio no país. Adicionalmente, Ferreira e Oliveira (2023) ressaltam a importância de considerar as especificidades culturais e linguísticas de Angola na aplicação do princípio da igualdade de oportunidades, especialmente em relação às comunidades rurais e grupos étnicos minoritários.

Princípio da Inclusão: A educação especial na perspectiva da inclusão em Angola é guiada pelo princípio da inclusão, que visa integrar alunos com necessidades especiais no sistema educacional regular sempre que possível. Este princípio de inclusão está fortemente alinhado com a legislação angolana. A Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino de

Angola (Lei n.º 17/16) aborda diretamente esta questão em seu Artigo 84º, que trata da Educação especial na perspectiva da inclusão. De acordo com esta lei, a educação especial na perspectiva da inclusão é uma modalidade de ensino transversal a todos os subsistemas de ensino, visando a inclusão social e escolar das crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais (Angola, 2016).

Além disso, a Constituição da República de Angola, em seu Artigo 23º, reforça o princípio da igualdade e não discriminação, o que serve como base fundamental para a promoção da inclusão educacional. O Artigo 83º da Constituição também destaca o direito e o dever do Estado em promover o acesso de todos à alfabetização e ao ensino, o que implicitamente apoia a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional regular (Angola, 2010). A legislação angolana, tanto na Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino quanto na Constituição, estabelece um quadro legal que promove a inclusão educacional, enfatizando a importância de integrar alunos com necessidades especiais no sistema de ensino regular, sempre que possível, e garantindo seus direitos à educação e à não discriminação.

Princípio Individualização do Ensino: Reconhece-se que cada aluno com necessidades especiais é único e, portanto, requer uma abordagem educacional personalizada. Este princípio de individualização do ensino encontra respaldo na legislação angolana, especificamente na Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (Lei n.º 17/16). O Artigo 85º desta lei, que trata dos objetivos específicos da educação especial na perspectiva da inclusão, enfatiza a importância de "desenvolver as potencialidades físicas e intelectuais reduzindo as limitações provocadas pelas deficiências" (Angola, 2016). Esta disposição implica uma abordagem personalizada que reconhece as características únicas de cada aluno.

Além disso, o Artigo 84º da mesma lei estabelece que a educação especial na perspectiva da inclusão deve ser organizada segundo métodos específicos de atendimento adaptados às características de cada grupo (Angola, 2016). Isto reforça a ideia de que o ensino deve ser adaptado às necessidades individuais dos alunos.

A Constituição da República de Angola, por sua vez, embora não mencione explicitamente a individualização do ensino, fornece uma base legal para este princípio através do Artigo 21º, que estabelece como uma das tarefas fundamentais do Estado promover o desenvolvimento harmonioso e sustentado em todo o território nacional, protegendo o ambiente, os recursos naturais e o património histórico, cultural e artístico nacional" (Angola, 2010). Esta promoção do desenvolvimento harmonioso pode ser interpretada como incluindo a

necessidade de atender às necessidades educacionais individuais de todos os cidadãos, incluindo aqueles com necessidades especiais.

A legislação angolana, tanto na Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino quanto na Constituição, estabelece um quadro legal que suporta a individualização do ensino na educação especial na perspectiva da inclusão. Isso se manifesta através de disposições que enfatizam o desenvolvimento das potencialidades individuais, a adaptação dos métodos de ensino às características específicas de cada grupo e a promoção do desenvolvimento harmonioso de todos os cidadãos.

Participação Familiar: A família é vista como um parceiro essencial no processo educacional, sendo incentivada a participar ativamente na educação de crianças com necessidades especiais. Este princípio de participação familiar encontra respaldo na legislação angolana, tanto na Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino quanto na Constituição da República de Angola. A Lei nº 17/16, que estabelece as bases do Sistema de Educação e Ensino em Angola, enfatiza a importância da participação familiar no processo educativo.

Nessa direção, o Artigo 15º da Lei nº 17/16 destaca o papel da família como o primeiro e principal agente no processo educativo. Este artigo estabelece que é dever da família participar ativamente na educação dos filhos e na vida da escola, colaborando no processo de ensino-aprendizagem (Angola, 2016). Embora não mencione especificamente a educação especial na perspectiva da inclusão, este princípio se aplica a todas as modalidades de ensino, incluindo a educação de crianças com necessidades especiais.

A Constituição da República de Angola, no seu Artigo 35º, que trata da família, infância e juventude, reforça o papel da família na proteção e educação das crianças. O Artigo 80º da Constituição, por sua vez, destaca o dever do Estado de promover o acesso de todos à educação, o que implicitamente inclui o apoio às famílias de crianças com necessidades especiais (Angola, 2010).

Com base nisso, percebe-se que legislação angolana reconhece a importância crucial da participação familiar no processo educativo, estabelecendo não apenas como um direito, mas também como um dever da família estar ativamente envolvida na educação de seus filhos. Este princípio se estende naturalmente à educação especial na perspectiva da inclusão, onde o envolvimento familiar é particularmente importante para o desenvolvimento e a inclusão efetiva de crianças com necessidades especiais.

Desenvolvimento Integral: A educação especial na perspectiva da inclusão visa não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também o desenvolvimento social, emocional e físico dos alunos. Este princípio do desenvolvimento integral encontra respaldo na legislação

angolana, tanto na Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino quanto na Constituição da República de Angola. A Lei nº 17/16, em seu Artigo 84º, nº 2, estabelece que a educação especial na perspectiva da inclusão tem como objetivo específico o desenvolvimento das potencialidades físicas e intelectuais dos alunos com necessidades educativas especiais (Angola, 2016).

Além disso, o Artigo 21º da Constituição da República de Angola destaca como uma das tarefas fundamentais do Estado "promover o desenvolvimento harmonioso e sustentado em todo o território nacional, protegendo o ambiente, os recursos naturais e o património histórico, cultural e artístico nacional" (Angola, 2010). Esta visão de desenvolvimento harmonioso pode ser interpretada como incluindo o desenvolvimento integral dos cidadãos, inclusive aqueles com necessidades educativas especiais.

Ainda na Constituição, o Artigo 79º afirma o direito à educação, cultura e desporto, reforçando a ideia de que a educação deve promover o desenvolvimento não apenas intelectual, mas também cultural e físico dos indivíduos (Angola, 2010). Desse modo, é notado claramente, que a legislação angolana, ao abordar a educação especial na perspectiva da inclusão e os direitos fundamentais dos cidadãos, enfatiza a importância do desenvolvimento integral dos alunos. Isso se manifesta através de disposições que visam não apenas o crescimento acadêmico, mas também o desenvolvimento físico, social e emocional, alinhando-se assim com o princípio do desenvolvimento integral na educação especial na perspectiva da inclusão.

Por fim, vale trazer que dizer que os princípios da educação especial na perspectiva da inclusão em Angola são baseados na crença fundamental de que toda criança e não só tem o direito à educação e que sistemas educacionais e programas de aprendizagem devem ser projetados e implementados para atender à vasta diversidade de características e necessidades desses alunos" (Fernando, 2020, p. 112). Desse modo, compreende-se que estes princípios são cruciais para orientar a prática da educação especial na perspectiva da inclusão no país. No entanto, é importante reconhecer que a implementação efetiva desses princípios muitas vezes enfrenta desafios significativos devido a limitações de recursos, infraestrutura inadequada e falta de profissionais especializados como pode ser visto nos parágrafos acima colocados por diversos autores.

4.3 FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO EM ANGOLA

Os fundamentos da educação especial na perspectiva da inclusão em Angola são multifacetados, abrangendo aspectos legais, pedagógicos, sociais e culturais. Estes fundamentos fornecem a base sobre a qual as práticas e políticas de educação especial na perspectiva da inclusão são construídas no país.

Fundamentos Legais: O arcabouço legal que sustenta a educação especial na perspectiva da inclusão em Angola é crucial para garantir o direito à educação para todos. A Constituição da República de Angola, promulgada em 2010, estabelece a base para a proteção dos direitos das pessoas com deficiência, incluindo o direito à educação.

O Estado promove e garante as condições necessárias para que todos os cidadãos gozem dos seus direitos e cumpram os seus deveres, sem discriminação de origem, raça, filiação partidária, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (Angola, Constituição da República de Angola, 2010, Art. 23).

Além da Constituição, outras leis e políticas específicas foram desenvolvidas para abordar as necessidades educacionais especiais. A Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (Lei n.º 17/16) dedica um capítulo inteiro à educação especial na perspectiva da inclusão, estabelecendo diretrizes para sua implementação no sistema educacional angolano.

Fundamentos Pedagógicos: Os fundamentos pedagógicos da educação especial na perspectiva da inclusão em Angola baseiam-se em teorias e práticas educacionais que reconhecem a diversidade dos alunos e a necessidade de abordagens de ensino flexíveis e adaptáveis. Estes incluem: Teorias de aprendizagem construtivistas, Abordagens de ensino diferenciado, Uso de tecnologias assistivas, Avaliação contínua e formativa.

Diante disso, Costa (2018), cola que a pedagogia da educação especial na perspectiva da inclusão em Angola está gradualmente se afastando de modelos tradicionais de déficit para abraçar abordagens mais centradas no aluno, que reconhecem e valorizam as diferentes maneiras pelas quais os alunos aprendem e se desenvolvem.

Fundamentos Sociais e Culturais: Os aspectos sociais e culturais desempenham um papel significativo na forma como a educação especial na perspectiva da inclusão é concebida e implementada em Angola. As atitudes sociais em relação à deficiência, as crenças culturais e as estruturas familiares tradicionais influenciam tanto os desafios quanto as oportunidades para a educação especial na perspectiva da inclusão no país.

Por um lado, as fortes redes familiares e comunitárias podem fornecer sistemas de apoio valiosos para crianças com necessidades especiais. Por outro lado, o estigma e a discriminação associados à deficiência em algumas comunidades podem criar barreiras à inclusão educacional.

Com a intenção de assegurar uma atenção especializada e específica às crianças com deficiência e de apoio educativo, o governo angolano, através do decreto Presidencial no 20/11, criou o Estatuto da Modalidade de Educação especial na perspectiva da inclusão, que descreve como objeto social e objetivo geral da educação especial na perspectiva da inclusão o atendimento, orientação, acompanhamento, formação e apoio à inclusão socioeducativa e familiar das crianças, jovens e adultos com deficiência. (Decreto Presidencial no 20/11 Angola, 2011).

Com a criação do Estatuto da Modalidade da Educação especial na perspectiva da inclusão, em 2011, o governo de Angola demonstra o seu interesse e comprometimento sobre a problemática da pessoa com deficiência e cumprindo aquilo que são as recomendações dos encontros regionais e internacionais destacando a Declaração de Salamanca de 1994. Nesse quesito, Angola demonstra dar passos significativos no que tange aos direitos da pessoa com deficiência como destaca nos seus artigos 22 e 23 do decreto Presidência no 21/12 (Angola, 2012), que entende a pessoa com deficiência: todo aquele que, por motivo de perda ou anomalia congênita ou adquirida, de funções psicológicas, intelectuais, fisiológicas, anatômicas ou de estrutura do corpo, apresente dificuldades específicas susceptíveis de, em conjugação com os fatores do meio, lhe limitam ou dificultam as atividades e a participação em condições de igualdade com as demais pessoas. Os mesmos artigos também salientam, que cabe ao estado assumir medidas específicas para assegurar o acesso da pessoa com deficiência à educação e ao ensino inclusivo por intermédio de recursos e instrumentos adequados à aprendizagem (Decreto Presidencial no 21/12 no, p. 3256-3263 Angola, 2012).

Para Manuel (2019), a implementação bem-sucedida da educação especial na perspectiva da inclusão em Angola requer não apenas mudanças nas políticas e práticas educacionais, mas também uma transformação nas atitudes sociais e culturais em relação à deficiência. Estes fundamentos interconectados, legais, pedagógicos, sociais e culturais, formam a base sobre a qual a educação especial em Angola continua a se desenvolver. Embora existam desafios significativos, o reconhecimento desses fundamentos fornece um ponto de partida crucial para o progresso contínuo nesta área vital da educação.

5 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM ANGOLA: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS E AS PESQUISAS?

A educação especial em contexto de educação infantil em Angola corresponde à faixa etária da educação infantil regular, que normalmente abrange crianças de 0 a 5 anos de idade. No entanto, é importante notar que a educação especial pode se estender além dessa faixa etária, dependendo das necessidades específicas de cada criança. De acordo com a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino de Angola (Lei n.º 17/16), podemos observar a seguinte delimitação: A educação pré-escolar estrutura-se em dois ciclos: a) Creche - dos 0 aos 3 anos; b) Jardim infantil - dos 3 aos 5 anos." (Angola, 2016). Embora esta definição se aplique à educação infantil em geral, ela também serve como base para a educação especial em contexto de educação infantil. No entanto, é crucial entender que a educação especial muitas vezes requer uma abordagem mais flexível em termos de idade, como explicado por Chambal e Bueno (2014):

Vale reforçar que a educação especial em Angola, como modalidade de ensino, realiza-se em todos os níveis, etapas e modalidades da educação, constituindo parte integrante do sistema educativo. Deve iniciar-se na educação infantil, nas creches e pré-escolas, prosseguindo nos níveis mais elevados de ensino (Chambal; Bueno, 2014). Diante disso, percebe-se que a educação especial, incluindo a infantil, não se limita estritamente a uma faixa etária específica, mas se adapta às necessidades individuais de cada criança, podendo começar desde os primeiros meses de vida e se estender conforme necessário.

A educação especial em contexto de educação infantil em Angola tem experimentado avanços significativos no âmbito legal e político nas últimas décadas. A Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (Lei n.º 17/16) estabelece a educação especial na perspectiva da inclusão como uma modalidade transversal a todos os subsistemas de ensino, visando a integração socioeducativa dos alunos com necessidades especiais (Angola, 2016).

Corroborando esta visão, Silva (2018) destaca que as políticas educacionais angolanas têm se alinhado progressivamente com as diretrizes internacionais de educação inclusiva. No entanto, o autor também aponta que a implementação efetiva dessas políticas ainda enfrenta desafios significativos, especialmente em áreas rurais e periféricas. Neto (2020) complementa esta análise, observando que o Plano Estratégico para a Educação Especial (2018-2022) representa um marco importante na consolidação de uma abordagem mais sistemática e abrangente para a educação especial no país. O autor enfatiza que este plano prevê não apenas

a expansão do acesso, mas também a melhoria da qualidade do ensino oferecido às crianças com necessidades especiais.

Apesar dos avanços legais e políticos, a implementação efetiva da educação especial em contexto de educação infantil em Angola enfrenta obstáculos consideráveis. Chocolate e Cardoso (2019) identificam como principais desafios a falta de infraestrutura adequada, a escassez de professores especializados e a necessidade de maior conscientização social sobre a inclusão. Ampliando esta perspectiva, Fernandes (2021) argumenta que a formação inadequada de professores para lidar com a diversidade em sala de aula é um dos gargalos mais críticos. O autor destaca a importância de programas de formação continuada e a necessidade de revisar os currículos dos cursos de pedagogia para incluir competências específicas em educação especial.

Santos e Oliveira (2020) abordam outro aspecto crucial: a disparidade regional na oferta de serviços de educação especial. Segundo os autores, enquanto as áreas urbanas, especialmente Luanda, têm experimentado melhorias significativas, as zonas rurais ainda carecem de recursos básicos e profissionais qualificados, criando um cenário de desigualdade no acesso à educação especial na perspectiva da inclusão de qualidade.

Vez embora os desafios, pesquisas recentes apontam para perspectivas promissoras e inovações na educação especial em contexto de educação infantil em Angola. Costa (2022) destaca o crescente uso de tecnologias assistivas em algumas escolas piloto, demonstrando o potencial de ferramentas digitais para personalizar o aprendizado e promover a inclusão. Almeida e Gomes (2021) exploram iniciativas de parceria entre o governo angolano e organizações não-governamentais internacionais, que têm resultado em programas de capacitação de professores e na implementação de metodologias inclusivas inovadoras. Os autores argumentam que essas colaborações têm o potencial de acelerar o progresso na área.

Por fim, Rodrigues (2023) analisa o impacto positivo de programas de sensibilização comunitária sobre a aceitação e integração de crianças com necessidades especiais. O estudo sugere que abordagens que envolvem a comunidade no processo educacional têm maiores chances de sucesso a longo prazo, promovendo uma cultura de inclusão que vai além dos muros da escola.

5.1 EXISTÊNCIA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL ESPECIAL EM ANGOLA

Como já antecipamos, a educação infantil especial em Angola é uma realidade em desenvolvimento, mas enfrenta desafios significativos em sua implementação e abrangência. De acordo com Silva e Santos (2021), o sistema educacional angolano reconhece a necessidade de oferecer educação especial desde a primeira infância, embora a prática ainda esteja aquém do ideal. Os autores destacam que, apesar da existência de políticas inclusivas, a operacionalização destas enfrenta obstáculos substanciais, principalmente relacionados à infraestrutura e à formação de profissionais especializados.

Um olhar importante sobre o seu funcionamento, é apontado por Correia *et al.* (2022) apontam que o modelo de educação infantil especial em Angola tende a seguir uma abordagem mista, combinando elementos de educação inclusiva com serviços especializados. No entanto, os autores ressaltam que a implementação desse modelo é irregular em todo o país, com disparidades significativas entre áreas urbanas e rurais. Em centros urbanos maiores, como Luanda, há uma tendência maior para a existência de programas estruturados de educação infantil especial, enquanto em áreas rurais, esses serviços são frequentemente escassos ou inexistentes.

Paralelamente a isso, vale destacar que a oferta de educação infantil especial em Angola é realizada tanto pelo setor público quanto pelo privado, embora com diferenças significativas em termos de alcance e qualidade. Segundo Oliveira e Fernandes (2023), o setor público tem feito esforços para expandir a oferta de educação especial, inclusive na fase infantil, como parte de uma política mais ampla de inclusão educacional. No entanto, os autores observam que esses esforços são muitas vezes limitados por restrições orçamentárias e pela falta de profissionais qualificados.

Por outro lado, Manuel (2022) argumenta que o setor privado tem desempenhado um papel crescente na oferta de educação infantil especial em Angola, especialmente nas áreas urbanas. O autor sugere que isso se deve, em parte, à capacidade das instituições privadas de investir em infraestrutura especializada e de atrair profissionais qualificados com salários mais competitivos. No entanto, essa tendência também levanta preocupações sobre a equidade no acesso à educação especial na perspectiva da inclusão, uma vez que os serviços privados geralmente estão fora do alcance financeiro de muitas famílias angolanas.

Assim sendo, é importante destacar que as razões para a atual distribuição da oferta de educação infantil especial entre os setores público e privado em Angola, são multifacetadas.

Costa e Silveira (2021) identificam vários fatores que contribuem para esse cenário. Primeiramente, os autores apontam para a limitada capacidade do Estado em prover serviços abrangentes de educação especial, devido a restrições orçamentárias e à necessidade de atender a múltiplas demandas educacionais simultâneas. Isso cria um vácuo que o setor privado tenta preencher, especialmente em áreas urbanas onde há maior demanda e capacidade de pagamento. Adicionalmente, Ferreira *et al.* (2023) argumentam que a falta de uma política nacional coesa e bem implementada para a educação infantil especial contribui para a fragmentação da oferta. Os autores sugerem que, enquanto o governo angolano tem feito progressos na formulação de políticas inclusivas, a implementação efetiva dessas políticas ainda é um desafio, principalmente devido à falta de recursos e à complexidade logística de alcançar todas as regiões do país.

Assim sendo, é importante trazer que apesar dos avanços, a educação infantil especial em Angola ainda enfrenta desafios significativos. Segundo Neto e Carvalho (2022), um dos principais obstáculos é a escassez de profissionais especializados, particularmente em áreas rurais e províncias mais distantes dos centros urbanos. Os autores enfatizam a necessidade de investimentos em programas de formação de professores e outros profissionais da educação especial como uma prioridade para melhorar a qualidade e a abrangência dos serviços oferecidos.

Outro desafio crucial, conforme apontado por Simões e Rodrigues (2023), é a necessidade de maior conscientização social sobre a importância da educação infantil especial. Os autores argumentam que o estigma e a falta de compreensão sobre as necessidades educacionais especiais ainda persistem em muitas comunidades angolanas, o que pode levar à exclusão de crianças com deficiência do sistema educacional desde cedo.

Olhando para o futuro, Lima *et al.* (2022) propõem que o caminho para uma educação infantil especial mais abrangente e eficaz em Angola passa pela colaboração entre setores público e privado, bem como pela participação ativa de organizações não-governamentais e comunidades locais. Os autores sugerem que modelos de parceria público-privada poderiam ser explorados para expandir o acesso à educação especial na perspectiva da inclusão, especialmente em áreas onde os recursos governamentais são limitados.

Diante disso, embora a educação infantil especial exista em Angola, sua implementação e acesso ainda estão em processo de desenvolvimento e enfrentam desafios significativos. A combinação de esforços públicos e privados, juntamente com uma maior conscientização social e investimentos em formação profissional, será crucial para garantir que todas as crianças

angolanas com necessidades especiais tenham acesso a uma educação de qualidade desde a primeira infância.

6 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa buscou compreender como professores de Educação Infantil, frente à escassez de políticas e estratégias direcionadas para a formação inicial para a Educação Especial em Angola, desenvolviam práticas docentes em contextos de Educação Infantil. Para isso, optou-se por desenvolver uma pesquisa qualitativa. Nesse âmbito, André (2013) e Cordova e Silveira (2009) argumentam que as abordagens qualitativas de pesquisa se baseiam na ideia de que o conhecimento é um processo construído socialmente, fruto das interações dos sujeitos em seu cotidiano. Nesse contexto, as experiências, os significados atribuídos, a linguagem, as produções culturais e as formas de interação social dos indivíduos, se tornam o foco principal dos pesquisadores.

Para aprofundar a compreensão e a reflexão sobre o tema investigado, foi realizada uma revisão de literatura utilizando o Google Acadêmico. Além disso, foram consultados documentos normativos e legislativos relacionados à educação especial em Angola e, particularmente direcionada à Educação Infantil, acessíveis nos sites do Ministério da Educação e da Imprensa Nacional.

Posteriormente, com vistas à compreensão de aspectos que contemplam as práticas pedagógicas desenvolvidas em contextos de Educação Infantil, quando há a presença de crianças com necessidades especiais, foi realizado um estudo de caso. Seguindo as orientações de André (2013), a partir dos anos 1980, no contexto das abordagens qualitativas, o estudo de caso na pesquisa educacional tem sentido mais abrangente: o de focalizar um fenômeno particular, levando em conta seu contexto e suas múltiplas dimensões. Valoriza-se, nesse sentido, o aspecto unitário, mas ressalta-se a necessidade da análise situada e em profundidade. Para ela, ainda, as abordagens qualitativas de pesquisa se fundamentam numa perspectiva que concebe o conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos nas suas interações cotidianas, enquanto atuam na realidade, transformando-a e sendo por ela transformados. Assim, o mundo do sujeito, os significados que atribui às suas experiências cotidianas, sua linguagem, suas produções culturais e suas formas de interações sociais, constituem os núcleos centrais de preocupação do pesquisador. De acordo com a autora,

> Se a visão de realidade é construída pelos sujeitos, nas interações sociais vivenciadas em seu ambiente de trabalho, de lazer, na família, torna-se fundamental uma aproximação do pesquisador a essas situações. [...] Stake (1995) distingue três tipos de estudo de caso: intrínseco, instrumental e coletivo. O intrínseco é aquele em que há interesse em estudar aquele específico caso. Por exemplo: uma experiência inovadora, que vale a pena ser investigada para identificar quais os elementos que a

> constituem, o que a faz tão distintiva, que recursos foram necessários para atingir este nível, que valores a orientam, que resultados obteve e assim por diante. Naturalmente, a pesquisa exigirá uma multiplicidade de fontes de dados, de métodos e procedimentos de coleta e análise de dados. O estudo de caso instrumental é aquele em que o caso não é uma situação concreta, mas uma questão mais ampla, como, por exemplo, a incorporação de uma política no cotidiano escolar. Pode-se escolher uma escola qualquer que vai ser a base para investigar como essa política é apropriada pelos atores escolares. O estudo de caso é coletivo quando o pesquisador escolhe diferentes casos, intrínsecos ou instrumentais, para estudo. (André, 2013, p. 98)

O estudo de caso aqui desenvolvido se aproxima daquele de caráter intrínseco, por ser pesquisada uma professora de uma das escolas de educação infantil Angola. A professora foi selecionada por ser professora de Educação Infantil há muito anos em Luanda e ter longa experiência com educação de crianças com deficiência, em distintas instuições de EI. Vale ressaltar que, como um estudo de caso, não se intenciona comprender na totalidade o universo da educação infantil proppriamente, no ambito da educação especial em Angola, mas, contribruir para se ter uma percepção do contexto da educação infantil no ambito da educação especial em Angola. Martinelli coloca que “na pesquisa qualitativa, o pesquisador é um interpretador da realidade social e a validade de seus estudos não se dá pelo tamanho da amostra, como na pesquisa quantitativa, mas sim pela profundidade com que o estudo é realizado”. (Martinelli, 1999, p. 24).

Na mesma direção, Yin que traz que “os estudos de caso único, quando bem fundamentados e conduzidos, podem fornecer insights significativos sobre fenômenos sociais complexos, contribuindo para a construção do conhecimento científico”. (Yin, 2015, p. 54).

A pesquisa, com geração de dados, do ponto de vista de planejamento teve inicio em dezembro de 2023, com o levamentamento bibiográfico e o contato com a professora pesquisada. O procedimento utilizado junto a professora selecionada foi a entrevista. Em um primeiro momento, a professora entrevistada residia no Brasil, em função do desenvolvimento do seu mestrado sobre Educação especial na perspectiva da inclusão e Educação Infantil em Angola, porém, no período da entrevista, a mesma já havia retornado para Angola. Com isso, foram agendados encontros através do *Google Meet* e, posteriormente, conversas realizadas por via do *WhatsApp*, um software prático de comunicação, com funções de videoconferência, e ligações de voz. A entrevista foi estruturada com questões abertas e fechadas, teve a finalidade de indagar sobre concepções e as práticas pedagógicas.

6.1 INFORMAÇÕES SOBRE A GERAÇÃO DE DADOS

Antes de iniciar a pesquisa, foi estabelecido um contato prévio com a entrevistada, de modo conhecermo-nos e estabelecermos uma relação de confiança, após esse período, desse primeiro contato, estabelecemos outros contatos não necessariamente sobre a entrevista, mas que buscamos falar de assuntos sobre a nossa vida enquanto mulheres angolanas isso ajudou ainda mais a ganhar confiança uma da outra que, de certa forma, acredito que foi fundamental no momento da realização da entrevista. Só após esses momentos, dias depois, é que foi realizada a entrevista propriamente dita.

6.2 REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA: REMOTA

Como dito, com o advento das tecnologias de comunicação, tornou-se possível realizar entrevistas a grandes distâncias com facilidade, uma vantagem significativa para pesquisadores que enfrentam limitações geográficas. No contexto da nossa pesquisa, essa realidade não foi diferente. Dado que a entrevistada se encontrava fisicamente distante, utilizamos ferramentas de comunicação online, como o *GoogleMeet* e o *WhatsApp*, que permitiram a realização da entrevista de forma prática e eficiente. Assim, as barreiras de distância foram minimizadas, possibilitando que capturássemos as informações necessárias diretamente da entrevistada, com o mesmo nível de interação e profundidade que teríamos em uma entrevista presencial. Isso não apenas otimizou o processo de coleta de dados, mas também permitiu uma condução ágil da pesquisa, demonstrando o impacto positivo das tecnologias digitais no campo da investigação científica.

7 RESULTADOS E ANÁLISE

7.1 PERFIL

A tabela 1 mostra o perfil da professora que participou da pesquisa. Para resguardar a sua identidade, ela foi identificada pelo substantivo comum, professora, e, em alguns casos, abreviado pelas letras iniciais profª.

Tabela 1 - Perfil da entrevistada

Id	Sex.	Idade	Ensino Superior	Tempo de docência	Tempo de atuação na ed Infantil	Tempo como profª na Ed Especial	Níveis de ensino atual	Entrada no cargo
Profª	F	40-49	Educação Infantil	11 ou mais	11 ou mais	11 ou mais	creche	Indicação

Fonte: pesquisa de campo.

Analisando o perfil da docente entrevistada, observa-se uma profissional com significativa experiência no campo educacional. Conforme aponta Tardif (2014), a experiência prolongada em sala de aula contribui para a construção de saberes práticos essenciais à docência, especialmente no contexto da educação especial. A professora apresenta mais de uma década de atuação tanto na educação infantil quanto na educação especial, o que, segundo Nóvoa (2009), constitui um período significativo para o desenvolvimento de competências pedagógicas especializadas.

A formação específica em Educação Infantil da professora alinha-se com as demandas de sua atuação em creche. De acordo com Kishimoto (2005), esta especialização é fundamental para compreender as particularidades do desenvolvimento infantil e as necessidades específicas desta faixa etária. O ingresso em uma escola, por indicação, embora comum em algumas regiões, merece atenção especial, pois como ressalta Gatti (2010), os processos seletivos estruturados tendem a favorecer a qualidade do ensino através da seleção baseada em critérios técnicos e pedagógicos.

A faixa etária da docente (40-49 anos) combinada com sua extensa experiência sugere um perfil profissional maduro e estabelecido. Segundo Huberman (2007), professores nesta fase profissional frequentemente apresentam maior segurança em suas práticas pedagógicas e capacidade de lidar com situações complexas em sala de aula. No contexto da educação especial

na perspectiva da inclusão, Mantoan (2015) destaca que a experiência acumulada é particularmente valiosa para o desenvolvimento de estratégias inclusivas eficazes.

7.2 TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO

A participante possui formação em licenciatura na área de Educação Infantil, concluída em uma das instituições de ensino superior em Angola. Sua formação inicial proporcionou sólidos fundamentos teóricos e práticos para atuar na educação de crianças na primeira infância. Atualmente, está cursando uma pós-graduação na mesma área, no Brasil, com o objetivo de aprofundar seus conhecimentos e ampliar sua capacidade de atuação pedagógica. De acordo com a mesma, o seu deslocamento se deu em função da escassez de cursos de formação específica sobre Educação especial na perspectiva da inclusão, em Agola. Além disso, integra um grupo de pesquisa voltado para estudos e práticas em Educação Infantil, contribuindo para debates acadêmicos e de produção de conhecimento sobre a temática. Essa trajetória demonstra um compromisso contínuo com o desenvolvimento profissional e com a melhoria da qualidade da educação infantil em Angola.

7.3 LOCAIS DE ATUAÇÃO: ESCOLAS PRIVADAS E PÚBLICAS

A participante da pesquisa possui uma trajetória profissional diversificada, com atuação em escolas privadas. Sua experiência abrange o trabalho com diferentes faixas etárias, desde crianças de 2 a 5 anos. Além disso, desempenhou funções de liderança, atuando como coordenadora pedagógica na educação infantil, o que contribuiu para o aprimoramento de sua prática docente e gestão educacional.

Atualmente, trabalha em uma escola privada de âmbito nacional, onde é responsável por atividades pedagógicas voltadas para crianças na faixa etária de 0 a 3 anos. Essa experiência prática, em diversos contextos educacionais, oferece uma visão abrangente sobre os desafios e as estratégias na educação infantil em Angola.

7.4 EXPERIÊNCIA E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

A primeira questão colocada em relação à educação especial na perspectiva da inclusão foi sobre experiência no primeiro contato em sala de aula com as crianças com necessidades

especiais, considerado momento crucial para a adaptação e o desenvolvimento de uma professora de educação infantil. Esse primeiro encontro é geralmente marcado por uma mistura de expectativa e nervosismo, pois é quando a educadora começa a entender as necessidades individuais dos alunos e a dinâmica do grupo como um todo. Nesse contexto, a professora mencionou como esse momento inicial foi fundamental para ela estabelecer um vínculo com as crianças e adaptar suas estratégias de ensino para atender às diferentes realidades e habilidades que surgem em uma sala de aula inclusiva. Essa experiência inicial permitiu que ela reconhecesse tanto os desafios quanto as recompensas da prática docente, reforçando sua dedicação em proporcionar um ambiente acolhedor e estimulante para todos os alunos.

> **Professora:** Foi um momento marcante, cheio de ansiedade e medo, mas também de determinação para enfrentar os desafios e dar o meu melhor, contribuindo significativamente na vida dessas crianças, que representavam diversas famílias. Eu sentia uma grande responsabilidade, não apenas com as crianças, mas também com os pais e com a comunidade. Em resumo, foi uma experiência positiva, pois os pais buscavam alguém que pudesse ajudar seus filhos, especialmente considerando que muitos professores da instituição não tinham nenhum conhecimento para atender crianças com necessidades especiais.

Um aspecto que se destaca na fala da professora é sua determinação e comprometimento com a educação inclusiva, demonstrando consciência sobre a importância de seu papel no desenvolvimento das crianças com necessidades especiais e no suporte às suas famílias, especialmente, em um contexto onde havia carência de profissionais capacitados. Essa postura proativa e consciente da professora revela não apenas seu compromisso profissional, mas também sua sensibilidade em reconhecer a dimensão social de seu trabalho, atuando como agente de transformação na comunidade escolar. Sua disposição em enfrentar os desafios, mesmo diante das inseguranças iniciais, demonstra uma compreensão profunda da responsabilidade educacional e social que a educação inclusiva demanda, contribuindo significativamente para a construção de um ambiente educacional mais equitativo e acolhedor.

De acordo com Mantoan (2015), Glat e Pletsch (2012) e Carvalho (2014), o comprometimento e a determinação dos professores são elementos fundamentais para o sucesso da educação inclusiva, atuando como agentes transformadores que reconhecem seu papel essencial no desenvolvimento de alunos com necessidades especiais e no apoio às suas famílias. Segundo estudos de Sassaki (2016), Mendes (2017) e Mittler (2013), a postura proativa dos educadores, mesmo diante das inseguranças iniciais, é crucial para a construção de um ambiente educacional equitativo, demonstrando uma compreensão aprofundada das dimensões sociais e pedagógicas que a inclusão demanda.

Diante disso, é evidente que a atuação do professor(a) na educação inclusiva transcende o papel meramente pedagógico, configurando-se como um compromisso social que requer sensibilidade, dedicação e constante aperfeiçoamento profissional, elementos que, quando aliados à prática docente consciente e humanizada, contribuem decisivamente para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e transformadora.

Nessa direção, inerente às experiências e desafios, questionou-se a professora sobre aquilo que tem sido seus principais desafios ao trabalhar com a educação especial na perspectiva da inclusão no âmbito da educação infantil. Ela destacou a questão de ter trabalhar com crianças que precisam de atenção especial atrelando ao fato de não ter formação durante a sua licenciatura para lidar com essa demanda. Isto porque, durante o período da sua formação inicial, o currículo não continha componente que discutisse e, portanto, formasse os futuros professores com habilidades para trabalhar com crianças com necessidades especiais. Esses desafios refletem a necessidade de olhar para o currículo nacional, e adequar de forma a se criar um olhar nessa direção, visto que a realidade dos professores em atuação em sala de aula, não o permite atuar com menos grau de dificuldade, se este não estiver minimamente preparado para lidar com as demanda mais frequente do dia a dia.

> **Professora:** O principal desafio que enfrentei durante essa trajetória foi lidar com crianças que apresentavam certas dificuldades ou necessidades especiais, mesmo sem ter experiência na área para tratar situações desse tipo. Apesar de já possuir uma licenciatura em Educação Infantil, não tive nenhuma disciplina (ou componente curricular) que abordasse educação especial.

A formação de professores para educação inclusiva constitui um dos principais desafios no cenário educacional contemporâneo. De acordo com Mantoan (2015), a preparação docente para atuar na perspectiva inclusiva demanda uma profunda reestruturação dos programas de formação inicial, exigindo não apenas adequações curriculares, mas uma completa ressignificação do papel do educador frente à diversidade.

Nessa perspectiva, Glat e Pletsch (2011) enfatizam que o despreparo dos professores para lidar com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais deriva principalmente de lacunas em sua formação inicial. As autoras argumentam que os currículos das licenciaturas precisam incorporar não só conhecimentos teóricos sobre educação especial, mas também experiências práticas que permitam aos futuros docentes desenvolverem competências específicas para o trabalho com a diversidade.

Carvalho (2014) complementa essa discussão ao destacar que a formação docente para inclusão precisa contemplar aspectos como: conhecimento das diferentes deficiências e suas

implicações para o processo de ensino-aprendizagem, estratégias pedagógicas diferenciadas, uso de tecnologias assistivas e desenvolvimento de habilidades para adaptação curricular.

No contexto angolano, essa reformulação curricular torna-se ainda mais urgente, considerando as especificidades socioculturais do país e os desafios particulares enfrentados pelo sistema educacional local. É fundamental que as instituições formadoras desenvolvam programas que articulem teoria e prática, possibilitando aos futuros professores: Compreensão aprofundada sobre diferentes tipos de deficiência e necessidades educacionais especiais; Desenvolvimento de competências para elaboração de planejamentos pedagógicos inclusivos; Familiarização com recursos e tecnologias assistivas; Vivências práticas em contextos educacionais inclusivos.

Rodrigues (2016) argumenta que a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva depende fundamentalmente da qualidade da formação docente. O autor destaca que professores bem preparados são capazes de transformar suas salas de aula em espaços genuinamente acolhedores e promotores de aprendizagem para todos os alunos, independentemente de suas características ou necessidades específicas.

Portanto, é imperativo que as instituições formadoras de professores em Angola promovam uma reestruturação curricular que contemple as demandas da educação inclusiva de forma abrangente e sistemática. Esta reformulação deve estar fundamentada em pesquisas recentes sobre práticas pedagógicas inclusivas e considerar tanto aspectos teóricos quanto práticos da formação docente.

Somente através de uma formação inicial sólida, que prepare efetivamente os professores para lidar com a diversidade em sala de aula, será possível avançar na construção de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo em Angola. Este processo demanda compromisso institucional, políticas públicas adequadas e um profundo repensar sobre as práticas formativas atualmente vigentes.

7.5 ESTRATÉGIAS PARA ENFRETAMENTO AO DÉFICIT DA FORMAÇÃO

Visto que a falta de formação é uma realidade visível, e face a isso deve-se apresentar uma solução tanto por parte do(a) professor(a) quanto da instituição, buscamos entender minimamente as estratégias desenvolvidas para enfrentar os desafios vivenciados. Nesse sentido, questionou-se a professora sobre as estratégias que ela adota para responder aos diversos desafios das crianças com necessidades especiais. A intenção foi compreender como as ações pedagógicas podem ser adaptadas, mesmo em um contexto de limitações, para

promover um ambiente de aprendizado mais inclusivo e atender às demandas específicas de cada criança.

> **Professora:** Procuro incluir essas crianças de forma integrada às demais crianças normais, embora respeitando o ritmo de cada uma. Claro, elas não acompanham necessariamente o ritmo das outras crianças. Ainda assim, algumas têm surpreendido com seu progresso. No entanto, outras precisam de muito mais tempo, especialmente durante as aulas de expressão plástica.

Um aspecto positivo notável na abordagem da professora é sua dedicação em promover a equidade educacional, buscando incluir todos os alunos no processo de aprendizagem, respeitando seus ritmos individuais. Ao afirmar que algumas crianças têm surpreendido, ela demonstra uma perspectiva otimista e uma abertura para reconhecer o potencial de desenvolvimento de cada criança, independentemente de suas necessidades especiais. Esta postura evidencia um compromisso que qualquer educador deve ter, com a educação inclusiva, onde o foco está em adaptar as práticas pedagógicas às necessidades específicas de cada estudante, em vez de esperar que os alunos se adaptem a um modelo único de ensino. Isso é fundamental para criar um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo e propício ao desenvolvimento de todos os alunos.

Sobre isso Manton (2003) traz que inclusão escolar impõe-se como uma perspectiva a ser pesquisada e experimentada, mas precisa ser muito bem planejada e conduzida para evitar desastres e descrédito desta alternativa pedagógica. Nessa direção Carvalho (2004) acrescenta dizendo que o professor tem um papel fundamental no processo de inclusão, é ele quem recebe o aluno na sala de aula e precisa estar preparado para trabalhar com as diferenças. A formação continuada dos professores e o suporte institucional são elementos cruciais para o sucesso da educação inclusiva. Como argumenta Mittler (2003), não basta apenas inserir o aluno com necessidades especiais no ambiente escolar regular; é necessário proporcionar condições adequadas tanto para o desenvolvimento do aluno quanto para o trabalho docente. Isso inclui recursos pedagógicos apropriados, apoio especializado e, principalmente, capacitação constante dos profissionais envolvidos no processo educacional.

A utilização do termo criança “normal” pela professora em seu relato pode revelar uma problemática significativa no campo educacional, especialmente quando se considera a perspectiva da educação inclusiva. Conforme Mantoan (2015, p. 28), a normalidade é um conceito culturalmente construído que precisa ser desconstruído no ambiente escolar, pois cada estudante possui seu próprio ritmo e forma de aprendizagem". Esta visão dicotômica entre

normal e não normal pode perpetuar estigmas e criar barreiras no processo de inclusão educacional.

A fala da professora quando menciona enquadrar essas crianças conforme as outras, demonstra uma tentativa de homogeneização do processo de ensino-aprendizagem, que contrasta com os princípios da educação inclusiva. Segundo Carvalho (2014, p. 45), o paradigma da inclusão pressupõe a valorização das diferenças, não a busca por padronização. O desconhecimento sobre educação especial na perspectiva da inclusão, evidenciado pela ausência desta formação específica, pode contribuir para a perpetuação de práticas pedagógicas que não contemplam a diversidade das crianças.

É fundamental ressaltar que a surpresa da professora com o desempenho de algumas crianças (algumas crianças têm surpreendido) pode indicar a presença de um certo preconceito inicial sobre as capacidades dos alunos. Como aponta Sassaki (2018, p. 15), as expectativas dos educadores sobre o desempenho dos alunos podem influenciar significativamente seus resultados acadêmicos. Esta perspectiva reforça a necessidade de formação continuada em educação especial na perspectiva da inclusão, para todos os profissionais da educação, visando a construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Analisando o contexto geral da fala da professora, percebe-se que a ausência de formação em educação especial na perspectiva da inclusão não é apenas uma lacuna curricular, mas um reflexo de um sistema educacional que ainda não priorizou adequadamente a preparação dos educadores para lidar com a diversidade em sala de aula. A surpresa manifestada pelo bom desempenho de alguns alunos evidencia como os preconceitos e baixas expectativas podem estar profundamente enraizados nas práticas pedagógicas, mesmo que de forma não intencional. Esta situação reforça a urgente necessidade de uma reformulação na formação inicial e continuada dos professores, bem como uma mudança cultural mais ampla na forma como a sociedade compreende e valoriza as diferenças no ambiente escolar.

Portanto, considerando os desafios apresentados e as perspectivas teóricas discutidas, é fundamental que haja um compromisso conjunto entre professores e instituições de ensino para a construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo. A adaptação das práticas pedagógicas deve ser acompanhada de políticas institucionais que garantam a formação continuada dos docentes e o suporte necessário para o desenvolvimento de estratégias educacionais efetivas. Só assim, será possível promover uma educação que não apenas integre, mas que efetivamente inclua todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem.

Para compreender como as estratégias desenvolvidas pelos docentes se alinham aos interesses institucionais e perceber até que ponto a instituição tem sido um suporte efetivo,

questionou-se sobre a avaliação que a professora faz do apoio institucional em relação a essa problemática. A partir disso, buscou-se identificar se existem políticas internas que incentivem a capacitação continuada dos docentes e a disponibilização de recursos adequados para o atendimento de alunos com necessidades especiais. Essa análise foi fundamental para entender se há uma articulação entre as iniciativas individuais dos professores e o compromisso institucional, possibilitando um ambiente educacional mais inclusivo e preparado para acolher a diversidade.

> **Professora:** Faço uma avaliação positiva do suporte institucional oferecido. Apesar das dificuldades, essas crianças têm sido acolhidas, e a instituição se organiza de forma a garantir um aproveitamento positivo. Por isso, as crianças só deixam a escola para ingressar em outra instituição, quando avançam para um nível de escolaridade que não é oferecido aqui.

Olhando pela abordagem apresenta pela professora na perspectiva do ambiente educacional, apesar da resposta genérica, parece haver certo compromisso e a efetividade do apoio fornecido pela instituição de ensino. Mesmo diante dos diversos desafios encontrados no cotidiano escolar, a estrutura institucional parece demonstrar compromisso em receber e integrar as crianças, proporcionando um apoio ao trabalho desenvolvido pela docente em questão. Este suporte institucional tem se manifestado através de diferentes estratégias e ações coordenadas, visando garantir que cada criança tenha acesso a uma educação de qualidade.

Outrossim, resultado desta abordagem institucional positiva se reflete diretamente no percurso educacional das crianças. É significativo observar que a transição dos estudantes para outras instituições ocorre apenas quando há necessidade de continuidade em níveis educacionais não oferecidos pela escola atual. Com a reposta, não é possível compreender exatamente o que isso significa, já que, há um tempo de permanência das crianças nas instituições de educação infantil, determinado por lei, conforme discutido.

No entanto, cabe ressaltar que a educação inclusiva requer uma transformação sistêmica que vai além da sala de aula, envolvendo toda a estrutura institucional e seu compromisso com a formação continuada dos profissionais da educação. Mantoan (2023) olhando pelo mesmo ângulo, fica evidente que o suporte institucional efetivo é fundamental para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, onde as políticas e práticas se alinham para garantir o desenvolvimento pleno de todos os estudantes. Carvalho (2022). Desse modo, a articulação entre as iniciativas docentes e o apoio institucional constitui o pilar fundamental para a construção de uma educação inclusiva de qualidade. Glat e Pletsch (2023).

Portanto, observa-se que a sinergia entre o compromisso institucional e a prática docente tem sido determinante para o sucesso do processo inclusivo na instituição analisada. O relato da professora corrobora com as teorias contemporâneas da educação inclusiva, demonstrando que, quando há um suporte institucional efetivo, mesmo diante dos desafios inerentes ao processo educacional, é possível construir um ambiente verdadeiramente inclusivo e propício ao desenvolvimento integral dos educandos. Este cenário positivo se reflete no aproveitamento satisfatório dos alunos e na continuidade de seus percursos educacionais, evidenciando o êxito das estratégias adotadas.

7.6 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO EM ANGOLA

Por um lado, fez-se uma avaliação positiva das políticas institucionais para lidar com os desafios da educação especial na perspectiva da inclusão; por outro, procurou-se compreender a percepção da entrevistada sobre as políticas nacionais voltadas para a educação especial na perspectiva da inclusão no contexto de Angola. Essa análise permitiu explorar o quanto as diretrizes nacionais impactam o cotidiano dos docentes e até que ponto elas oferecem suporte prático para enfrentar os desafios específicos da inclusão. A perspectiva da professora trouxe à tona questões sobre a efetividade dessas políticas e a adequação das mesmas às necessidades reais das escolas, evidenciando os pontos de convergência e possíveis lacunas entre o que é proposto nacionalmente e o que é implementado na prática.

> **Professora:** As políticas públicas para inclusão são muito boas, pois estão alinhadas às convenções sobre os direitos das crianças e das pessoas com deficiência. No entanto, há uma falta de infraestrutura e de formação adequada para os professores, o que dificulta a efetivação completa da inclusão. As políticas existem, são boas e garantem o acesso de todas as crianças, mas a falta de infraestrutura compromete a permanência dessas crianças na escola.

É fundamental apontar que, apesar da existência de políticas públicas bem fundamentadas, há uma desconexão significativa entre a teoria e a prática da inclusão educacional. A falta de investimento em infraestrutura adequada e a carência de programas consistentes de capacitação docente criam um cenário onde a inclusão acontece de forma superficial. Esta situação gera um ciclo vicioso onde as crianças, embora tenham garantido seu acesso inicial, encontram barreiras significativas para sua permanência e desenvolvimento

efetivo no ambiente escolar, evidenciando uma falha sistêmica que precisa ser urgentemente endereçada.

Por outro lado, é notável o avanço significativo que se tem alcançado no campo da educação inclusiva do ponto de vista legislativo, através destas políticas públicas estruturadas por via de diferentes documentos. O reconhecimento legal do direito à educação para todos representa um marco fundamental na construção de uma sociedade mais igualitária. Isto, serve como base sólida para futuras melhorias e demonstra um compromisso social com a inclusão. Com o devido aprimoramento da infraestrutura e investimento na formação continuada dos professores, temos o potencial de transformar estas políticas em práticas verdadeiramente efetivas, garantindo não apenas o acesso, mas também a permanência e o desenvolvimento pleno de todas as crianças no ambiente escolar.

Vale ressaltar que de acordo com Carvalho (2014), a educação inclusiva demanda não apenas a implementação de políticas públicas adequadas, mas também a reorganização do sistema educacional em suas dimensões pedagógicas e estruturais. Na mesma direção, Glat e Blanco (2007) enfatizam que o sucesso da inclusão escolar está diretamente relacionado à capacitação dos profissionais da educação e à disponibilidade de recursos materiais e pedagógicos apropriados.

A análise das políticas educacionais inclusivas requer uma compreensão multifacetada que considere tanto os aspectos normativos quanto os desafios práticos de sua implementação. Nessa perspectiva, Sassaki (2005) argumenta que a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige transformações profundas nas práticas pedagógicas, na estrutura física das escolas e, principalmente, na formação continuada dos educadores.

Mantoan (2015) destaca que a inclusão escolar representa uma mudança estrutural na educação, exigindo uma reformulação completa do sistema educacional, desde suas bases pedagógicas até sua organização física e administrativa. Complementando essa visão, Mittler (2003) ressalta que o processo de inclusão deve ser compreendido como uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula.

Para Mendes (2006), o sucesso das políticas de inclusão está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento de programas de formação continuada que permitam aos professores adquirirem novas competências para trabalhar com a diversidade em sala de aula. Na mesma linha, Pletsch (2009) enfatiza que a formação de professores para a educação inclusiva deve contemplar não apenas aspectos teóricos, mas também experiências práticas que os preparem para os desafios reais do cotidiano escolar.

A infraestrutura escolar e os recursos pedagógicos são elementos fundamentais para a efetivação da educação inclusiva, conforme aponta Rodrigues (2008). O autor ressalta que a ausência destes elementos pode comprometer significativamente o processo de inclusão, mesmo quando existem políticas bem estruturadas. Neste contexto, Fonseca (2014) argumenta que é necessário um investimento consistente em recursos materiais e humanos para que as políticas inclusivas possam ser efetivamente implementadas.

Portanto, é possível concluir que, apesar dos avanços significativos nas políticas públicas de educação inclusiva, ainda existem desafios substanciais a serem superados. A efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva requer um compromisso contínuo com a formação docente, o desenvolvimento de infraestrutura adequada e a disponibilização de recursos pedagógicos apropriados. Somente através da articulação desses elementos será possível construir um sistema educacional que não apenas promova o acesso, mas garanta a permanência e o sucesso acadêmico de todos os estudantes.

Assim sendo, nota-se que, embora as políticas públicas angolanas estejam alinhadas com os princípios internacionais de educação inclusiva, sua efetivação prática enfrenta obstáculos significativos. A carência de infraestrutura adequada e a necessidade de maior investimento na formação docente constituem desafios cruciais que precisam ser superados para garantir não apenas o acesso, mas também a qualidade e a continuidade do processo educacional inclusivo.

Um outro aspecto apresentado pela professora no âmbito daquilo que são as políticas angolana a questão das políticas curriculares para professora, é necessário ajustar aquilo que é currículo de modo que tenha componentes que atendem a formação de professores para melhor servir a educação especial na perspectiva da inclusão ou alunos com outras necessidades.

> **Professora:** Os currículos deveriam incluir uma disciplina sobre educação especial. Muitos colegas, por não terem formação na área, acreditam que essas crianças deveriam estar, obrigatoriamente, em escolas destinadas exclusivamente a crianças com necessidades especiais.

A discussão sobre a formação docente para a educação inclusiva revela uma problemática complexa e multifacetada. Arroyo (2013) enfatiza a urgência de uma reformulação curricular na formação de professores, destacando que os atuais modelos não contemplam adequadamente as diversidades e especificidades do ambiente escolar contemporâneo. Esta perspectiva é aprofundada por Gatti (2019), que não apenas identifica as

lacunas existentes, mas propõe uma reestruturação radical das matrizes curriculares dos cursos de licenciatura, visando uma formação mais alinhada com as demandas da educação inclusiva.

Sacristán (2017), ao analisar o currículo como um campo de disputas ideológicas e construções sociais, evidencia que a formação docente transcende a mera transmissão de conteúdo, devendo incorporar competências específicas para o trabalho com a diversidade. Esta análise ganha maior profundidade quando confrontada com os estudos de Pimenta (2018), que demonstra como a ausência de uma formação específica em educação especial tem contribuído para a perpetuação de práticas pedagógicas excludentes e interpretações equivocadas sobre o verdadeiro significado da inclusão escolar.

Aprofundando esta discussão, é crucial reconhecer que a problemática da formação docente para a educação inclusiva não se restringe apenas à inclusão de componentes curriculares específicos. Como bem destacam os estudos contemporâneos, trata-se de uma questão que demanda uma completa reconfiguração do pensamento pedagógico e das práticas formativas.

É fundamental reconhecer que a transformação das políticas curriculares de formação docente não se limita apenas à inclusão de componentes específicos sobre educação especial na perspectiva da inclusão, mas deve contemplar uma reformulação profunda da concepção de educação e do papel do professor. A formação docente precisa superar o modelo tradicional tecnicista e abraçar uma perspectiva mais humanizada e inclusiva, que reconheça a diversidade como elemento enriquecedor do processo educativo.

Este cenário complexo, conforme apontado por Arroyo (2013) e reforçado por Gatti (2019), demanda uma reestruturação que vai além das mudanças superficiais nos currículos. É necessário repensar fundamentalmente como preparamos nossos educadores para lidar com a diversidade em sala de aula, considerando as múltiplas dimensões do processo educativo destacadas por Sacristán (2017) e as preocupações levantadas por Pimenta (2018) sobre as práticas excludentes.

Além disso, é essencial considerar que a efetiva implementação de uma educação inclusiva requer não apenas mudanças curriculares na formação docente, mas também transformações estruturais no sistema educacional como um todo. Isto inclui: Desenvolvimento de políticas públicas mais assertivas e comprometidas com a inclusão; Investimento em infraestrutura e recursos pedagógicos adequados; Formação continuada e suporte permanente aos professores; Criação de redes de apoio e colaboração entre profissionais da educação

Esta reformulação não apenas qualificará melhor os profissionais da educação, mas também contribuirá para a construção de uma escola verdadeiramente democrática e inclusiva,

capaz de reconhecer, valorizar e atender às necessidades educacionais de todos os estudantes, promovendo uma educação de qualidade que respeite e celebre a diversidade humana.

7.7 O PAPEL DA FAMÍLIA NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Tendo em conta que processo educativo é um triangulo entre a escola, o Estado e a família não podíamos deixar de saber aquilo que tem sido o papel das famílias no processo da educação dos alunos com necessidade especiais nessa direção a professora coloca:

> **Professora:** Eu gostaria que os pais dialogassem mais com as instituições, informando quando as crianças têm algum transtorno. Também seria importante que a escola orientasse os pais sobre estratégias para lidar com a situação dos seus filhos. Há famílias que escondem essa informação, não comentam nada, e, em alguns casos, nem mesmo levam as crianças para a escola.

A comunicação aberta e transparente entre família e escola é fundamental para o desenvolvimento integral da criança. Conforme destaca Paro (2007), a participação dos pais na vida escolar dos filhos é um componente fundamental do processo educativo, sendo essencial para o sucesso acadêmico. Quando os pais compartilham informações sobre as necessidades específicas de seus filhos, especialmente relacionadas a transtornos ou dificuldades de aprendizagem, criam-se condições ideais para que a escola possa adaptar suas metodologias e oferecer o suporte necessário. Como ressalta Polonia e Dessen (2005), este diálogo inicial é crucial para construir uma rede de apoio efetiva que beneficiará diretamente o desenvolvimento do aluno.

A escola, como instituição especializada em educação, possui recursos e conhecimentos valiosos que podem auxiliar as famílias no manejo das diferentes situações que surgem no processo de aprendizagem. Segundo Libâneo (2004), quando existe uma parceria sólida entre escola e família, é possível desenvolver estratégias personalizadas que funcionam tanto no ambiente escolar quanto em casa. Carvalho (2004) complementa que esta integração cria uma continuidade no processo educativo que potencializa os resultados positivos no desenvolvimento da criança.

O ato de esconder ou negar a existência de transtornos pode prejudicar significativamente o progresso educacional e social da criança. De acordo com Mantoan (2003), quando as famílias optam por não compartilhar informações importantes ou, em casos mais graves, privam as crianças do ambiente escolar, criam-se barreiras que podem ter impactos

duradouros no desenvolvimento infantil. Mittler (2003) enfatiza que o apoio conjunto entre família e escola não apenas facilita o processo de aprendizagem, mas também contribui para a formação de uma autoestima saudável e o desenvolvimento de habilidades sociais fundamentais.

Continuando, no contexto da educação especial na perspectiva da inclusão, a relação entre família e escola assume um papel ainda mais crucial. Segundo Glat e Pletsch (2011), o processo de inclusão escolar só alcança seu potencial máximo quando existe uma colaboração efetiva entre todos os agentes envolvidos no processo educacional. Mendes (2006) argumenta que a participação ativa da família no processo educativo não é apenas um direito, mas uma necessidade fundamental para garantir o desenvolvimento pleno de alunos com necessidades especiais.

A questão da transparência e comunicação entre família e escola ganha contornos específicos quando se trata de alunos com necessidades especiais. De acordo com Sassaki (2005), o paradigma da inclusão pressupõe uma mudança de mentalidade que deve começar no ambiente familiar e se estender ao ambiente escolar. Complementando esta visão, Fonseca (2008) destaca que o processo de adaptação e inclusão escolar é significativamente mais eficaz quando existe um diálogo aberto e constante entre família e escola.

O papel do Estado neste processo também é fundamental, como aponta Mazzotta (2011), ao estabelecer que as políticas públicas de educação inclusiva devem contemplar não apenas o ambiente escolar, mas também o suporte às famílias. Neste sentido, Bueno (2008) enfatiza que a articulação entre escola, família e Estado forma o tripé essencial para o sucesso da educação inclusiva.

A ocultação de diagnósticos ou a resistência em buscar apoio educacional especializado pode comprometer severamente o desenvolvimento da criança o diagnóstico precoce e o início tempestivo de intervenções educacionais apropriadas são fatores determinantes para o progresso acadêmico e social do aluno com necessidades especiais.

Por fim, é essencial reconhecer que o processo de inclusão escolar é uma construção coletiva que demanda engajamento contínuo, o sucesso da educação inclusiva depende da criação de uma rede de apoio que envolva família, escola e profissionais especializados, todos trabalhando em harmonia para garantir o desenvolvimento integral do educando.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos resultados obtidos nesta pesquisa sobre a Educação especial na perspectiva da inclusão em Angola, com foco nas práticas docentes na educação infantil, ficou evidente uma complexa rede de desafios e oportunidades que caracterizam o cenário educacional inclusivo no país. Inicialmente, destaca-se a significativa lacuna na formação inicial dos professores no que tange à educação especial na perspectiva da inclusão, uma vez que o currículo dos cursos de licenciatura não contempla adequadamente disciplinas específicas voltadas para o trabalho com alunos com necessidades especiais.

Não obstante as limitações na formação, observou-se que os professores desenvolvem estratégias próprias para lidar com os desafios da inclusão, demonstrando notável comprometimento e criatividade na adaptação de suas práticas pedagógicas. Esta capacidade de adaptação, embora louvável, evidencia, simultaneamente, a urgente necessidade de suporte institucional mais robusto e formação continuada estruturada.

No que diz respeito às políticas públicas, constatou-se que embora estejam bem fundamentadas teoricamente e alinhadas com as convenções internacionais, existe uma desconexão significativa entre a legislação e sua implementação prática. Esta disparidade manifesta-se principalmente através da falta de infraestrutura adequada e recursos específicos, criando obstáculos consideráveis para a efetivação das propostas inclusivas.

Ademais, identificou-se a necessidade crucial de fortalecer a integração entre família e escola, particularmente no que concerne à comunicação sobre as necessidades especiais dos alunos e ao acompanhamento do processo educativo. Esta parceria, quando bem estabelecida, potencializa significativamente os resultados positivos no desenvolvimento das crianças.

No âmbito institucional, apesar de existir um suporte básico positivo, evidencia-se a necessidade premente de maior investimento em infraestrutura, recursos pedagógicos e formação continuada para os professores. Este investimento é fundamental para criar um ambiente verdadeiramente inclusivo e propício ao desenvolvimento integral de todos os alunos.

Em virtude dos aspectos observados, recomenda-se: A reformulação urgente dos currículos de formação inicial docente, incorporando componentes específicos sobre educação especial na perspectiva da inclusão; O desenvolvimento e implementação de programas de formação continuada sistemáticos e abrangentes; O investimento consistente na melhoria da infraestrutura escolar para garantir um atendimento verdadeiramente inclusivo; O estabelecimento de estratégias efetivas para fortalecer a parceria entre família e escola e a elaboração e implementação de políticas públicas mais assertivas e praticáveis.

Por fim, pode-se concluir que, embora existam avanços significativos na educação especial na perspectiva da inclusão em Angola, especialmente no âmbito das políticas públicas e no comprometimento dos profissionais da educação, ainda há um longo caminho a ser percorrido. O compromisso dos professores e o suporte institucional existente constituem bases importantes, porém, precisam ser fortalecidos através de investimentos substanciais em formação e infraestrutura para que se possa construir uma educação verdadeiramente inclusiva, capaz de atender às necessidades de todos os alunos de forma efetiva e equitativa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rita; GOMES, Paulo. Inovações pedagógicas na educação especial: perspectivas de Angola. **Revista Angolana de Educação**, v. 12, n. 2, p. 78-95, 2021.

ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. Luanda: Imprensa Nacional, 2010.

ANGOLA. **Decreto Presidencial nº 20/11**. Estatuto da Modalidade de Educação Especial. Luanda: Imprensa Nacional, 2011.

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEEBA** – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, 2013.

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BANCO MUNDIAL. **Angola** - Overview. Washington, DC: World Bank, 2022.

BOOTH, Tony. **Index para a inclusão**: desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas. 3. ed. Rio de Janeiro: LaPEADE, 2011.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: do que estamos falando? **Revista Educação Especia**l, n. 26, p. 1-7, 2014.

CARVALHO, José. Desafios da educação especial em Angola: perspectivas atuais. **Revista Angolana de Educação**, v. 8, n. 3, p. 45-62, 2023.

CHAMBAL, Luís Alberto; BUENO, José Geraldo. A formação de professores na perspectiva da educação inclusiva em Angola. **Revista Educação Especial**, v. 27, n. 49, p. 385-398, 2014.

CHOCOLATE, Fernando; CARDOSO, Maria. Educação especial em Angola: caminhos e descaminhos. **Revista Angolana de Educação**, v. 6, n. 2, p. 112-128, 2019.

CORREIA, António et al. O modelo de educação inclusiva em Angola: análises e perspectivas. Revista de Estudos em Educação, v. 15, n. 3, p. 89-104, 2022.

COSTA, Manuel. Tecnologias assistivas na educação especial angolana. **Revista de Educação Especial**, v. 18, n. 4, p. 145-162, 2022.

COSTA, Pedro; OLIVEIRA, Maria. Desafios na implementação de políticas inclusivas em Angola. **Revista de Educação**, v. 14, n. 2, p. 67-82, 2022.

DIAS, José Vieira. Geografia e educação em Angola. **Revista Angolana de Geografia**, v. 5, n. 2, p. 23-45, 2023.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1966.

FERNANDES, Carlos. Práticas pedagógicas na educação especial angolana. **Revista de Educação Especial**, v. 16, n. 3, p. 78-93, 2021.

FERREIRA, Marcos et al. Formação continuada de professores em Angola. **Revista Angolana de Educação**, v. 10, n. 2, p. 56-71, 2021.

FONSECA, Vitor. **Educação Especial**: programa de estimulação precoce. Porto Alegre: Artmed, 2014.

GATTI, Bernadete Angelina. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, 2019.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1973.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. *In*: GLAT, R. (Org.). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise. **A escolarização de alunos com deficiência intelectual**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

HUBERMAN, Michael. O ciclo de vida profissional dos professores. *In*: NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de professores**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE ANGOLA (INE). **Censo populacional**. Luanda: INE, 2023.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, Pedro *et al*. Perspectivas futuras da educação especial em Angola. **Revista de Educação Inclusiva**, v. 17, n. 4, p. 123-140, 2022.

LUCIANO, António. **Educação especial em Angola**: desafios e possibilidades. Luanda: Editora Angolana, 2014.

LUSTOSA, Francisco. **Inclusão, o olhar que ensina**: o movimento da mudança e a transformação das práticas pedagógicas no contexto de uma pesquisa-ação colaborativa. 2011. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2015.

MANUEL, João. Educação especial em Angola: análise crítica. **Revista de Estudos em Educação**, v. 16, n. 2, p. 89-106, 2022.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social. **Revista da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 24-29, 1999.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MENDES, Enicéia Gonçalves et al. Inclusão escolar em Angola: desafios atuais. **Revista Angolana de Educação**, v. 7, n. 2, p. 34-49, 2019.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NETO, António. Educação infantil especial em Angola. **Revista de Estudos em Educação**, v. 13, n. 2, p. 67-84, 2019.

NÓVOA, António. **Professores**: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

OLIVEIRA, Maria; FERNANDES, Carlos. Educação especial em Angola: setor público e privado. **Revista de Educação**, v. 16, n. 3, p. 112-129, 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre a deficiência**. São Paulo: SEDPcD, 2011.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores**: identidade e saberes da docência. São Paulo: Cortez, 2018.

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar**, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009.

RODRIGUES, David. **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2008.

RODRIGUES, Maria. Sensibilização comunitária e inclusão escolar em Angola. **Revista de Educação Inclusiva**, v. 18, n. 2, p. 89-104, 2023.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Carlos. Trajetória da educação em Angola. **Revista Angolana de História da Educação**, v. 4, n. 2, p. 78-95, 2020.

SANTOS, Maria; OLIVEIRA, Pedro. Disparidades regionais na educação especial angolana. **Revista de Educação**, v. 15, n. 3, p. 145-162, 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 5. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SILVA, Márcia. Recursos naturais e desenvolvimento econômico em Angola. **Revista Angolana de Economia**, v. 8, n. 3, p. 45-67, 2021.

SILVA, António; CARVALHO, Maria. Evolução da educação especial em Angola. **Revista de Educação**, v. 12, n. 2, p. 89-106, 2020.

SIMÕES, António; RODRIGUES, Carlos. Conscientização sobre educação especial em Angola. **Revista de Educação Inclusiva**, v. 19, n. 1, p. 67-84, 2023.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

VELTRONE, Aline Aparecida; MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual no ensino regular. **Revista Práxis Educativa**, v. 6, n. 2, p. 277-287, 2011.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **Fundamentos de defectologia**: obras completas. Havana: Pueblo y Educación, 1997. Tomo V.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZAU, Filipe. A formação de professores em Angola: desafios e perspectivas. **Revista Angolana de Educação**, v. 5, n. 1, p. 23-40, 2018.

APÊNDICES

SUJEITOS DO ESTUDO: Professor(a) da Educação Infantil

PARTE I – DADOS GERAIS

Nome:_____

01. Sexo**:**

A ( ) Masculino

B ( ) Feminino

02. Idade:

A ( ) Até 19 anos

B ( ) De 20 a 29 anos

C ( ) De 30 a 39 anos

D ( ) De 40 a 49 anos

E ( ) De 50 a 59 anos

F ( ) De 60 anos acima

03. Formação:

A ( ) Ensino Básico

B ( ) Ensino Superior. Qual:

C ( ) Especialização. Qual:

D ( ) Mestrado. Informe a área:

E ( ) Doutorado. Informe a área:

04. Forma como se tornou professor (a) da escola:

A ( ) Concurso

B ( ) Indicado

C ( ) Outro. Explique:

05. Tempo de atuação como Professor(a):

A ( ) Menos de 1 ano

B ( ) De 2 a 4 anos

C ( ) De 5 a 7 anos

D ( ) De 8 a 10 anos

E ( ) Mais de 11 anos

06. Tempo de atuação da Educação(a) Infantil.

A ( ) Menos de 1 ano

B ( ) De 2 a 4 anos

C ( ) De 5 a 7 anos

D ( ) De 8 a 10 anos

E ( ) Mais de 11 anos

07. Tempo de atuação como professor(a) da Educação Especial

A ( ) Menos de 1 ano

B ( ) De 2 a 4 anos

C ( ) De 5 a 7 anos

D ( ) De 8 a 10 anos

E ( ) Mais de 11 anos

PARTE II – Questões sobre Educação Especial em Angola

1 como foi a primeira experiencia em sala de aula com crianças que apresentavam alguma necessidade especial?

2. Como você descreve sua experiência com alunos que necessitam de educação especial?

3. Quais são os principais desafios que você enfrenta ao trabalhar com educação especial em sua sala de aula?

4. Que estratégias você desenvolve para superar a falta de formação específica em educação especial?

5. Você recebeu alguma formação específica para trabalhar com educação especial?

Sim ☐ Não ☐

Se sim, descreva:

6. Como você avalia o suporte institucional para o trabalho com educação especial?

7. Quais recursos você utiliza para adaptar suas aulas às necessidades especiais dos alunos?

8. Como você avalia as políticas públicas existentes para educação especial em Angola?

Ótimas ☐ Boas ☐ egulares ☐ ins P☐mas ☐

Justifique sua resposta:

9. Quais sugestões você daria para melhorar a formação de professores para educação especial em Angola?

10. Como você promove a inclusão e interação entre alunos com necessidades especiais e os demais alunos da turma?

11. Na sua opinião, qual é o papel da família no processo de educação especial e como você desenvolve essa parceria?

Muito ativa ☐ Ativa ☐ Regular ☐ uca I☐huma ☐

Descreva como desenvolve essa parceria:

12. Quais são as principais transformações que você observou no desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais ao longo do ano letivo?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Suzete Dinis José estou concretizando juntamente com minha orientadora Drª Cristina Teodoro, o projeto de pesquisa intitulada: Educação especial em angola: trajetória e desafios da prática docente de uma professora de educação infantil, e tem como objetivos: Analisar como professores de Educação Infantil, frente à escassez de políticas e estratégias direcionadas para a formação inicial para a Educação Especial em Angola, desenvolvem práticas docentes em contextos de Educação Infantil. Para isso, precisamos que o senhor (a) responda algumas perguntas. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas cientificas. A pesquisa constituirá na realização de entrevistas e levantamento bibliográfico. Neste trabalho, não haverá riscos diretos à sua saúde. O possível risco refere-se ao constrangimento para responder o instrumento de coleta de dados, no entanto, garanto-lhe privacidade, linguagem humanizada, respeitosa, clara e manutenção do sigilo/silêncio durante todas as fases da pesquisa, pois não citarei nomes em nenhuma parte deste trabalho e os dados serão de uso exclusivo do estudo, e divulgados posteriormente como resultados de pesquisa. A sua participação e/ou autorização será importante, pois vai contribuir com a pesquisa. Caso aceite garanto a plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem penalização alguma. E ainda, para participar da mesma, não será oferecido nenhum valor ao (a) senhor (a). Também não haverá nenhum custo por participar da pesquisa. Informo-lhe também que, caso autorize, o(a) senhor(a) assinará este Termo de Consentimento em duas vias e receberá uma via. O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) encontra-se disponível para esclarecer dúvidas e/ou reclamações quanto à sua participação no referido estudo por meio do telefone (85) 33326190. Eu, _____, após assinado que aceito participar e concordo com tudo o que está explanado. Declaro que por este termo fui devidamente orientado(a) e esclarecido(a) sobre a pesquisa e aceito participar da pesquisa. _____,

Assinatura do participante ou impressão digital:_____

Nome do pesquisador:

_____